ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA CATORZE DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos catorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram o Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, a fim de se realizar a décima segunda Reunião Ordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente a Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro, que exerceu as funções de secretária bem como a Chefe da Divisão de Administração Geral, Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro.

Esteve ainda presente o Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, Ilídio Arribada Cadime.

Eram nove horas quando o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.
AUSÊNCIAS - O Senhor Presidente informou que a Senhora Vereadora Olga Marília Fernandes Pais e o Senhor Vereador Miguel José Abrunhosa Martins, por se encontrarem em gozo de férias, não estariam presentes na reunião.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara:

“Relativamente ao pedido de elementos que consta na Ata da Reunião Ordinária de 23 de junho de 2025, o Senhor Presidente entregou ao Senhor Vereador João Murçós um dossier contendo os elementos solicitados na referida Reunião de Executivo Municipal, concretamente: 1) o grau de execução do orçamento da Câmara Municipal de Bragança, nomeadamente no que respeita ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI); 2) a listagem discriminada dos apoios atribuídos pelo Município às Juntas de Freguesia e às IPSS do concelho, no corrente ano; e 3) informação sobre as candidaturas a fundos nacionais e europeus mapeadas pelo Município,

indicando quantas foram efetivamente apresentadas até ao momento e respetivos estados de tramitação.

1.º Aniversário do Centro de Inovação Jurídica

O Centro Nacional de Inovação Jurídica (CNIJ) comemorou, a 27 de junho, o seu primeiro aniversário, numa cerimónia que assinalou, igualmente, duas décadas de cooperação entre o Município de Bragança e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Ao longo deste ano inaugural de atividade, o CNIJ promoveu várias atividades, que reforçam o compromisso de ambas as instituições em transformar os temas jurídicos em assuntos mais acessíveis à população, inovadores e atentos aos desafios contemporâneos.

Inauguração do Forno da Telha na aldeia de Salsas

Foi inaugurado a 28 de junho, na aldeia de Salsas, o Forno da Telha, um espaço que recupera e valoriza a tradição cerâmica local, em tempos uma das atividades económicas mais marcantes daquela freguesia.

O trabalho foi realizado pelo artista e professor Luís Canotilho, com base na investigação histórica e técnica da professora Helena Canotilho, e recria fielmente os fornos peninsulares medievais, numa peça que é, simultaneamente, etnológica, pedagógica e identitária.

I Torneio Internacional de Basquetebol - Cidade de Bragança

O "I Torneio Internacional de Basquetebol - Cidade de Bragança" reuniu, de 28 a 29 de junho, no Pavilhão Arnaldo Pereira, jovens talentos do escalão "Sub-16 Masculinos" para um fim de semana intenso de competição e, sobretudo, convívio desportivo.

Organizado pela ADCR Estrelas Brigantinas, com o apoio do Município de Bragança, o evento contou com a participação de quatro equipas: Estrelas Brigantinas, Guarda UP (Associação da Guarda), Clube Carnide (Associação de Basquetebol de Lisboa) e C.P. Roda, de Albacete – Espanha.

Delegação de Bragança visita Les Pavillons-sous-Bois com foco na ação social

Entre os dias 26 e 29 de junho, uma delegação da cidade de Bragança deslocou-se a Les Pavillons-Sous-Bois, nos arredores de Paris, no âmbito da geminação entre as duas cidades, que este ano, celebra o 29.º aniversário. Integraram a delegação de Bragança, representantes de entidades do setor social, não lucrativo, que se tem afirmado como determinante para a coesão social e para o desenvolvimento sustentável do território.

Esta visita teve como objetivo conhecer projetos inovadores na área social, com especial atenção para o acompanhamento de idosos, e incluiu visitas a instituições locais, permitindo conhecer o funcionamento das estruturas de apoio à terceira idade e a troca de experiências e boas práticas, com vista a uma maior cooperação entre as duas cidades.

Inauguração da requalificação da Rua do Campo – Babe

Foi inaugurada, a 5 de julho, a obra de requalificação da Rua do Campo, na aldeia de Babe. Trata-se da principal entrada desta localidade e uma das mais transitadas da freguesia, agora renovada com maiores garantias de funcionalidade, segurança e embelezamento do espaço público.

9.ª Feira do Pão e dos Produtos da Terra de Samil

A Freguesia de Samil esteve em festa, a 5 de julho, com a 9.ª Feira do Pão e dos Produtos da Terra. Um evento que contou com cerca de 20 expositores, um programa rico e diverso para toda a família, destacando-se o “1.º Encontro de Bombos”, que contou com a presença de grupos de Samil, Parada, Grijó de Parada e de Ala.

IX Torneio de Futsal Interfreguesias do Concelho de Bragança e inauguração das obras de requalificação do Pavilhão de S. Pedro

A 5 de julho, foram inauguradas as obras de requalificação do Pavilhão de S. Pedro de Sarracenos, que englobam, entre outras, a regularização do pavimento, aplicação de um novo piso e a reabilitação dos balneários, agora com melhores condições de conforto, graças à instalação de uma bomba de calor e painéis solares.

Ato contínuo teve início, naquele local, o IX Torneio de Futsal Interfreguesias do Concelho de Bragança, que este ano conta com 494

participantes de 28 freguesias, fazendo deste um dos maiores torneios desportivos de Trás-os-Montes.

Inauguração da exposição “Transe”, de Rui Moreira, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais

A inauguração aconteceu a 5 de julho, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, espaço onde ficará patente até 14 de dezembro.

Mais do que uma exposição, “Transe” marca o reencontro da arte de Rui Moreira, nome incontornável da pintura contemporânea portuguesa, com um território que o inspira profundamente – Trás-os-Montes.

XIX Encontro de Gerações do Concelho de Bragança

Quase 4.500 pessoas, provenientes das 39 freguesias de Bragança, de diversas IPSS do concelho e participantes de outros distritos deslocaram-se, a 6 de julho, ao Santuário de Nossa Senhora do Aviso, em Serapicos, para o XIX Encontro de Gerações, que, nesta edição, integrou o afamado “Piquenício da Família do Tio João”.

A edição que assinala os 19 anos deste encontro iniciou-se com a receção das diferentes delegações e a realização de uma missa, na capela do Santuário, seguida de procissão. Depois do almoço-convívio, o programa “Piquenício da Família do Tio João”, da Rádio Brigantia, animou os participantes com música popular e momentos de interação entre pessoas de várias proveniências e idades.

Torneio de Hóquei em Patins de Bragança - 2025

Organizado pelo Clube Académico de Bragança, o Torneio de Hóquei em Patins de Bragança aconteceu de 5 a 6 de julho, no Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira. A prova foi destinada aos escalões Benjamins, Escolares, Sub-13, Sub-15 e Sub-17.

IV Encontro de Jovens de Castilla y León

Bragança recebeu, a 8 de julho, a visita de um grupo de jovens participantes no IV Encontro de Jovens de Castilla y León.

O encontro incluiu uma passagem pelo Brigantia Ecopark, proporcionando ao grupo um momento de contacto direto com projetos de inovação e sustentabilidade.

Esta iniciativa procura reforçar o espírito europeu e promover a participação dos jovens nas oportunidades oferecidas pela União Europeia, fomentando o intercâmbio cultural e o diálogo entre realidades fronteiriças.

Município de Bragança e Instituto Politécnico assinam contrato de constituição do direito de superfície para construção da nova Escola Superior de Saúde

Foi formalizada, a 09 de julho, a assinatura do contrato de constituição do direito de superfície, entre o Município de Bragança e o Instituto Politécnico de Bragança, para a edificação da futura Escola Superior de Saúde e do Centro para a Inovação e Qualificação em Saúde Sustentável.

A construção da nova Escola Superior de Saúde constitui um investimento estratégico para a cidade, contribuindo para a melhoria da oferta formativa, para a atração de estudantes e profissionais qualificados e para o fortalecimento do ecossistema científico e académico de Bragança, garantindo melhores condições para a comunidade académica.

XXXVII Torneio de Futsal da Função Pública de Bragança

Terminou, a 09 de julho, a 37.^a Edição do Torneio de Futsal da Função Pública de Bragança. Competição amigável amadora que levou, ao longo de mais de um mês, as emoções da modalidade e promoveu o convívio entre 16 equipas, representantes de 20 instituições da cidade.

A equipa do Tribunal/AO/AT foi a vencedora do torneio, vencendo a ULSNE-B, por 2-4. No final, receberam da GNR, vencedora no ano anterior, o testemunho e a responsabilidade de organizar a próxima edição, em estreita colaboração com o Município de Bragança.

Apresentado em Bragança o livro 'Das mais belas Igrejas do concelho de Bragança – Lugares de Culto e de Fé'

Os claustros da Igreja de São João Baptista, em Bragança, acolheram, no dia 10 de julho, a apresentação do livro "Diocese Bragança-Miranda. Das mais

belas Igrejas do concelho de Bragança – Lugares de Culto e de Fé", da autoria de Susana Cipriano e Abílio Lousada.

A obra reúne textos histórico-religiosos sobre as duas Catedrais da Diocese (Bragança e Miranda do Douro), bem como sobre santuários, igrejas, capelas e oragos do concelho de Bragança, abrangendo tanto a zona urbana como rural.

2.ª edição do Quintanilha Classic Rock

A 2.ª edição do Quintanilha Classic Rock, organizada no dia 12 de julho, pelo Grupo Montes de Clássicos, com o apoio da Junta de Freguesia de Quintanilha, APAM, Comissão de Festas do Santo da Viola e Município de Bragança, trouxe de volta o espírito das décadas de 70, 80 e 90, com atuações musicais, trajes da época, exposição de viaturas clássicas, gastronomia regional, artesanato e jogos tradicionais.

Além do carácter lúdico, a iniciativa teve também uma vertente solidária, promovendo a recolha de bens alimentares a favor do Centro Social e Paroquial Santos Mártires e da Cáritas de Bragança.

XXV Festival Internacional de Folclore

Bragança foi palco, no dia 12 de julho, do XXV Festival Internacional de Folclore, um evento que encheu as ruas da cidade de cor, música e tradição.

A iniciativa é já uma referência no panorama cultural transmontano. Reuniu diversos grupos folclóricos nacionais e internacionais, celebrando as raízes e a diversidade cultural.

Participaram no festival o Rancho da Mãe D'Água (Bragança), Rancho Folclórico Fonte Boa (Esposende), Rancho Folclórico de Courel (Barcelos) e o Rancho Folclórico de Villa Bonelli (Penafiel), que encantaram o público com danças e trajes típicos.

Izeda assinala 35.º aniversário da sua elevação a vila com cerimónia solene

Izeda comemorou, no dia 13 de julho, o 35.º aniversário da sua elevação a vila, numa cerimónia que decorreu na Casa do Povo e que reuniu várias entidades locais e regionais, bem como a comunidade.

No âmbito das comemorações, foi apresentado o Projeto da reabilitação da rua Central daquela Vila.

Bragança Granfondo 2025

Cerca de 1.300 pessoas de várias nacionalidades participaram, no dia 13 de julho, no Bragança Granfondo, contando com um percurso desafiante que cruzou a imponente Serra da Nogueira. A prova dividiu-se em três distâncias: Minifondo (46 km), Medifondo (82 km) e Granfondo (126 km), atravessando paisagens deslumbrantes e aldeias emblemáticas como Zoio, Ousilhão, Castro de Avelãs e Podence.

No final, os grandes vencedores da distância principal foram Flávia Lopes e David Vivas.

O evento voltou a afirmar-se como uma celebração do desporto, da cultura e da hospitalidade transmontana, com Bragança como anfitriã de excelência. A edição deste ano teve também uma forte componente solidária: realizou-se uma caminhada solidária, cujas receitas reverteram a favor do Centro Social e Paroquial Santo Estêvão, em Espinhosela.”

Questões apresentadas pelo Senhor Vereador João Pinheiro:

O Senhor Vereador questionou o Senhor Presidente acerca do ponto de situação de alguns projetos, designadamente a Ligação a Puebla de Sanabria, a Escola Miguel Torga, a Escola Augusto Moreno e, ainda, a Residência para estudantes Calouste Gulbenkian.

Acrescentou ter questionado igualmente sobre o estado das negociações com a empresa Águas do Norte, S.A., relativamente ao abastecimento e à qualidade da água no concelho, tendo referido que, no âmbito dessas negociações, deverá ficar assegurada a distribuição em alta a todo o concelho.

Resposta do Senhor Presidente às questões apresentadas pelo Senhor Vereador João Pinheiro:

O Senhor Presidente informou que o processo da Ligação Bragança a Puebla de Sanabria se encontrava em consulta pública, tendo terminado no dia 3 de junho de 2025, estando-se a aguardar a declaração do impacto ambiental. Referiu que o projeto está concluído, mas que não é possível ultrapassar as

etapas previstas, não sendo possível controlar os prazos de outras entidades, esperando, contudo, que não se perca o financiamento.

Relativamente à Escola Miguel Torga e à Escola Paulo Quintela, esclareceu que ambas foram candidatas no primeiro aviso, mas não foram selecionadas nessa fase, tendo sido informado que a seleção foi efetuada por ordem de entrada das candidaturas, critério que, segundo afirmou, não era o habitual. Adiantou ter reunido com o Presidente e os Vice-Presidentes da CCDR-N, tendo-lhe sido transmitido que serão abertos novos avisos. Referiu ainda que o financiamento, provavelmente, não será no âmbito do PRR, mas sim do BEI, sendo o investimento estimado em 26 milhões de euros.

No que respeita à Escola Augusto Moreno, comunicou que foi realizada uma reunião com a Direção do Agrupamento de Escolas para validar as soluções do projeto e das respetivas especialidades. Está previsto que Bragança fique dotada de dois grandes pavilhões integrados nestes projetos de utilização desportiva múltipla e diversificada. Informou também que em setembro ou outubro do corrente ano deverão abrir novos avisos e, caso estejam reunidas as condições, será submetida a candidatura.

Sobre a Residência para estudantes Calouste Gulbenkian, deu nota de que está em curso a realização do projeto de execução, tendo já sido validada a fase do anteprojecto.

Por fim, relativamente ao abastecimento e qualidade da água, afirmou que, atualmente, está assegurado a todas as freguesias do concelho (num total de 114 aldeias), reconhecendo, contudo, que tal nem sempre aconteceu no passado. Sublinhou que o objetivo é garantir mais qualidade, destacando o trabalho desenvolvido com grande capacidade de diálogo entre maio de 2024 e março de 2025. Referiu a existência de diferendos entre a Águas do Norte, S.A. e o Município de Bragança, salientando que a principal divergência reside na exigência de que o abastecimento seja garantido em todo o concelho, não apenas nas localidades onde tal seja mais fácil, mas em todas as aldeias, com qualidade, acrescentando que, para além disto, subsistem processos em impugnação judicial já conhecidos.

PONTO 2 - ORDEM DO DIA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

PONTO 3 - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE 23 DE JUNHO DE 2025

Apresentada a Ata da Reunião Ordinária em epígrafe, cujos exemplares foram previamente distribuídos a todos os Membros do Executivo Municipal, foi deliberado aprovar, por unanimidade, a referida ata.

PONTO 4 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 25 DE JUNHO DE 2025

Foi presente pelo Senhor Presidente, para conhecimento, a Certidão Geral da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de junho de 2025, da qual constam as seguintes propostas apresentadas pela Câmara Municipal:

“1. Aprovadas

- Décima Terceira Modificação – Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal; e Terceira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025;

- Proposta de Recusa ou Não Transferência de Competências do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026;

- Proposta de Transferência de Competências e Recursos Financeiros do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026;

- Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana no Meio Rural;

- Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana – Centro Tradicional de Bragança;

- Desafetação de Parcela de Domínio Público no Bairro do Pinhal;

- Alteração de Caminho de Domínio Público – Rua da Cogulada, em Quintela de Lapaças;

- Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias;

- Apoio Financeiro às Freguesias - Construção e Requalificação de Centros de Convívio;

- Apoio Financeiro às Freguesias - Apoio à Realização de Feiras e Certames;

- Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos; e

- Atribuição de Apoio Financeiro sobre a Faturação da Produção de Energia Elétrica nas Centrais Hidroelétricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado-Novo) e Gimonde às Juntas de Freguesia de França e Gimonde - Ano de 2024.

2. Apreciação

- Consolidação de Contas do Exercício de 2024;

- Certificação Legal e Relatório e Parecer sobre as Contas Consolidadas do ano de 2024; e

- Entidades Participadas pelo Município – Relatórios e Contas do Exercício de 2024.

3. Para conhecimento

- Propostas de Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no âmbito da Autorização Genérica, conforme Deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 13 de dezembro de 2024 (Reuniões de Câmara de 28 de abril, 12 e 26 de maio e 9 de junho de 2025).”

Tomado conhecimento do conteúdo da informação apresentada e, no que respeita à Certidão Geral da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, não foi realizada votação por se tratar de um ponto de natureza exclusivamente informativa.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PONTO 5 - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DO ANO 2025 - MÊS DE JUNHO

Foi presente pelo Senhor Presidente, para conhecimento, as alterações ao orçamento municipal, na forma de reforços e anulações às dotações, autorizadas durante o mês de junho de 2025, no uso da delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente, deliberada em Reunião da Câmara realizada no dia 8 de abril de 2024 [alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual]:

1. Décima segunda alteração ao orçamento municipal - alteração permutativa ao orçamento de despesa número dez; alteração permutativa ao plano plurianual de investimentos número nove – autorizada no dia 3 de junho, consubstanciando-se:

a) O Orçamento Municipal da Despesa apresenta anulações e reforços, no valor de 243.500,00 euros; e

b) O Plano Plurianual de Investimentos apresenta reforços e anulações no valor de 20.500,00 euros.

2. Décima quarta alteração ao orçamento municipal - alteração permutativa ao orçamento de despesa número onze; alteração permutativa ao plano plurianual de investimentos número dez; alteração permutativa ao plano de atividades municipal número oito – autorizada no dia 13 de junho, consubstanciando-se:

a) O Orçamento Municipal da Despesa apresenta anulações e reforços no valor de 350.800,00 euros (apresenta, também, reforços e anulações de 7.600,00 euros para o ano de 2026);

b) O Plano Plurianual de Investimentos apresenta reforços e anulações no valor de 44.000,00 euros; e

c) O Plano de Atividades Municipal apresenta reforços no valor de 257.000,00 euros e anulações de 256.100,00 euros.

3. Décima quinta alteração ao orçamento municipal - alteração permutativa ao orçamento de despesa número doze; alteração permutativa ao plano de atividades municipal número nove – autorizada no dia 27 de junho, consubstanciando-se:

a) O Orçamento Municipal da Despesa apresenta anulações e reforços no valor de 10.000,00 euros; e

b) O Plano de Atividades Municipal apresenta reforços no valor de 10.000,00 euros.

Tomado conhecimento do conteúdo da informação apresentada e, no que respeita às alterações ao orçamento municipal do ano 2025 - mês de junho, não foi realizada votação por se tratar de um ponto de natureza exclusivamente informativa.

PONTO 6 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Foi presente, para conhecimento, pela Divisão de Administração Financeira, o resumo diário de tesouraria reportado ao dia 11 de julho de 2025, o qual apresentava os seguintes saldos:

Em Operações Orçamentais: 30.237.680,88 €; e

Em Operações Não Orçamentais: 2.474.657,94 €.

Tomado conhecimento do conteúdo da informação apresentada e, no que respeita ao resumo diário de tesouraria, não foi realizada votação por se tratar de um ponto de natureza exclusivamente informativa.

ASSESSORIA JURÍDICA E CONTENCIOSO

PONTO 7 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DOS SANTOS MÁRTIRES - Apoio Financeiro

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Assessoria Jurídica e Contencioso:

“I. Enquadramento fáctico-jurídico

1. Vem o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires solicitar ao Município a atribuição de um apoio financeiro, no montante de € 250.000, destinado à conclusão das obras de alteração e ampliação de edifício sito na Avenida Abade de Baçal, arranjos exteriores e aquisição de equipamentos, para a instalação das respostas sociais de Centro de Dia, Serviço de apoio ao domicílio; Creche e Pré-Escolar.

2. As obras de alteração e ampliação do edifício foram objeto de contrato de empreitada, outorgado no dia 27 de março de 2024 pelo valor de € 753.214,09, acrescido de IVA e encontram-se em estado avançado de execução.

3. Por seu turno, os arranjos exteriores orçam no montante de € 65.000, acrescido de IVA, e os equipamentos no valor de € 150.000, acrescido de IVA.

4. Conforme dossier técnico as obras de alteração e ampliação de edifício foram financiadas pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais — 3.ª Geração (PARES 3.0.), no que concerne às respostas sociais de Centro de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário e pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no que respeita à resposta social de Creche.

5. No âmbito do programa PARES, de acordo com o ponto 7.1 do Regulamento respetivo, aprovado pela Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto, o investimento total dos projetos é constituído pelo financiamento público, que corresponde ao investimento elegível, participado no âmbito do Programa e pelo financiamento privado, que corresponde à soma do investimento não elegível e do investimento elegível não participado.

6. No caso concreto, segundo decorre das cláusulas 1.ª e 2.ª do Contrato de participação financeira de 28 de julho de 2022, à entidade foi atribuído um apoio financeiro público no montante de € 206.531 (a que poderá acrescer uma majoração de 10%), para um investimento total do projeto estimado em € 503.431.

7. Por seu turno, o financiamento privado é constituído pelo financiamento privado por contrapartida ao respetivo financiamento público, no montante de € 68.844 e pelo restante financiamento privado, correspondente ao investimento não elegível e ao investimento elegível não participado, no valor de € 228.056.

8. De acordo com o ponto 6 da Cláusula 2.ª do Contrato, cabe à entidade promotora suportar o financiamento privado, designadamente através de recursos financeiros próprios, de doações de particulares, de recurso ao crédito, de financiamento decorrente de parcerias realizadas entre a entidade promotora

e entidades diversas, nomeadamente autarquias locais e empresas privadas, ou de qualquer outro apoio público que não corresponda a financiamento no âmbito do PARES 3.0, bem como assegurar a cobertura financeira de eventuais sobrecustos da execução do projeto de investimento (*cf.* também o ponto 7.3 do Regulamento).

9. Por seu turno, no âmbito do PRR, o valor atribuído ascende a € 162.540 (a que pode acrescer uma majoração de 10%) e, segundo dispõem os pontos 6.5 e 6.6 do Aviso de Abertura do Concurso n.º 04-c03-i01-2022 - Nova Geração de equipamentos e Respostas – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, sendo o eventual financiamento privado suportado pelo beneficiário final, designadamente através de recursos financeiros próprios, de doações de particulares, de recurso ao crédito, de financiamento decorrente de parcerias realizadas entre a entidade promotora e entidades diversas, ou de qualquer outro apoio público que não corresponda a financiamento no âmbito do PRR.

10. No caso presente, verifica-se que o valor do investimento total, estimado em cerca de € 1.075.000 (já excluindo a restituição do IVA), é superior ao previsto nos projetos apoiados, quer devido a um sobrecusto, quer porque abrange investimentos não contemplados naqueles projetos, mormente as obras no edifício imputáveis ao Jardim de Infância e o valor dos arranjos exteriores e equipamentos e que existe um diferencial de - € 386.231 entre o total do investimento e o total do financiamento, já contabilizando um empréstimo a contrair pela entidade junto da Caixa Geral de Depósitos (CGD) no montante de € 280.000.

11. Nos termos estatuídos no artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, alínea h) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constitui atribuição dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, entre outros, no domínio da ação social, competindo à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, incluindo de natureza

social, de acordo com as disposições constantes das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma.

12. No âmbito da prossecução das suas atribuições no domínio da ação social, o Município de Bragança tem desenvolvido uma política de concessão de apoios financeiros a associações que prosseguem fins de solidariedade social sediadas no Concelho de Bragança, ao abrigo do disposto no Código Regulamentar Municipal, incluindo a concessão de apoios extraordinários, por razões de relevante interesse municipal, ao abrigo do n.º 4 do artigo F-3/1.º do Código, como sucedeu, recentemente, também no quadro de investimentos apoiados pelo PARES, para assegurar o financiamento privado, relativamente à ASCUDT, conforme deliberação da Câmara Municipal de 9 de novembro de 2020 (apoio de € 165.826 para um investimento de € 663.304: 25%) e relativamente à Obra Social Padre Miguel, conforme deliberação da Câmara Municipal de 23 de novembro de 2020 (apoio de € 400.000 para um investimento de € 3.200.000: 12,5%).

13. Nos termos gerais do artigo F-3/8.º, n.º 1 do referido Código, a atribuição de apoios financeiros às entidades que pretendam realizar investimentos na construção ou aquisição de equipamentos, tem em conta o impacto do investimento, avaliado segundo diversos critérios, designadamente, a resposta às necessidades da comunidade; a qualidade e interesse do projeto de investimento; a intervenção continuada nas áreas de atividade a que se destina o investimento; o combate à exclusão social; o âmbito geográfico e populacional da intervenção; a capacidade de angariação de outras fontes de financiamento ou de outros tipos de apoio, nomeadamente participações de outras entidades; a consistência do projeto, aferido em função da sua adequação à natureza e âmbito de ação da entidade e às atividades a realizar; a continuidade do projeto ou atividade e a qualidade de execuções anteriores; a consonância entre os objetivos do investimento e o Plano de Investimentos do Município.

14. O “Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, fundada em 1985, que

tem desenvolvido um conjunto de atividades de apoio à inclusão de públicos vulneráveis, através de respostas sociais proporcionadas pelo Centro de Atividades de Tempos Livres; Centro de Convívio; Jardim de Infância e Refeitório Social. Em 2015 reforçou o seu âmbito de atuação, através da criação da “Academia – Unidade de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência e Incapacidade” com as respostas sociais de lar residencial; residências autónomas e centro de atividades ocupacionais.

15. Aferidos à luz dos critérios estabelecidos no artigo F-3/8.º, n.º 1 do Código Regulamentar, em primeiro lugar o investimento reveste um forte impacto no desenvolvimento social do Concelho, considerando que as valências sociais respondem a uma procura crescente da comunidade local, assumindo, em especial, as valências de apoio ao domicílio e as de creche, uma particular relevância e especificidade por darem preferência, respetivamente a pessoas com demência e a crianças com problemas neuro-desenvolvimentais.

16. Em segundo lugar, o investimento salvaguarda todos os requisitos de qualidade, assegura a continuidade, a longo prazo, da intervenção da entidade nas áreas a que se destina, promovendo o combate à exclusão social, em particular das pessoas economicamente mais desfavorecidas, contribuindo para a correção das desigualdades socioeconómicas e a entidade é amplamente reconhecida pela comunidade e pelas entidades oficiais.

17. Em terceiro lugar, o investimento é consonante com os objetivos de apoio à construção de equipamentos de instituições no âmbito da ação social previstos no Plano de Atividades Municipal (PAM).

18. Em quarto lugar, os projetos são financiados numa percentagem elevada pelo PARES 3.0 e pelo PRR, revelando uma elevada capacidade da entidade de angariação de outras fontes de financiamento, nomeadamente participações de outras entidades.

19. Atento todo o exposto, é legítimo considerar que o investimento assume relevante interesse público municipal, nos termos e para os efeitos da atribuição à entidade de apoios financeiros extraordinários, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo F-3/1.º do Código Regulamentar Municipal.

20. Por último, o montante do apoio requerido não excede 25% do montante total do investimento, respeitando o princípio da igualdade, comparativamente aos apoios concedidos à Obra Social Padre Miguel e à ASCUDT.

II. Proposta

Nos termos expostos, está a Câmara Municipal em condições legais de deliberar a atribuição de um apoio financeiro ao Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, no montante de € 250.000 (cabimento n.º 2015), mediante a celebração do Protocolo em anexo ao processo, exigido pelo artigo F-3/12.º do Código Regulamentar Municipal e cuja minuta foi previamente distribuída a todos os Membros do Executivo.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta e a celebração do Protocolo de Colaboração, nos termos propostos, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, bem como atribuir o apoio financeiro.

PONTO 8 – PROJETO DE REGULAMENTO DO CENTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO JURÍDICA - Consulta Pública

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Assessoria Jurídica e Contencioso:

“O Centro Nacional de Inovação Jurídica (CNIJ), com sede em Bragança, criado no âmbito de uma parceria institucional entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Município de Bragança, tem como missão promover o estudo, a inovação e a divulgação da Ciência Jurídica, especialmente na sua intersecção com as novas tecnologias. Pretende ainda reforçar o acesso ao conhecimento e à Justiça por parte das comunidades académica e profissional, com especial incidência na região de Trás-os-Montes.

O CNIJ conta, para além dos trabalhadores destacados pelas entidades fundadoras, com a participação ativa de estudantes e docentes universitários, cuja colaboração é essencial para a prossecução dos seus objetivos, no quadro dos protocolos e parcerias institucionais estabelecidos.

Na sua atuação, o CNIJ procurará combater os efeitos do centralismo, promovendo a coesão e a justiça territorial, bem como a valorização dos territórios do interior. A sua intervenção estará enraizada em Bragança e desenvolver-se-á em articulação com as instituições locais e regionais.

A elaboração do presente Regulamento tem por finalidade definir a estrutura organizativa, as competências e o modo de funcionamento do CNIJ, consagra por escrito um conjunto de práticas institucionais já existentes no funcionamento do Centro, estabelecendo um modelo organizativo estável, eficiente e partilhado, capaz de assegurar a continuidade, a qualidade e o alargamento das suas atividades.

Nestes termos, propõe-se submeter para deliberação da Câmara municipal, no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Projeto de Regulamento do Centro Nacional de Inovação Jurídica, em anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo, a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e no *site* institucional do Município de Bragança www.cm-braganca.pt, pelo período de 30 dias úteis, ao abrigo do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento do Centro Nacional de Inovação Jurídica, a submeter a consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, nos termos da informação.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

DIVISÃO DE URBANISMO

PONTO 9 – PROCESSO N.º 30/85 - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO – RUA CERCA DO SEMINÁRIO, 4 – BRAGANÇA - [REDACTED]

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O requerente, titular do lote G, sito na [REDACTED], vem solicitar a aquisição, ao Município, de uma parcela de terreno confinante

com o seu lote a nascente, que se encontra à margem do arruamento, para complemento e alinhamento do muro da sua propriedade.

Considerando que:

1. O lote G, integrado no alvará de loteamento n.º 8/1989, encontra-se inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de [REDACTED], sob o artigo [REDACTED] e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança, sob o n.º [REDACTED] da extinta Freguesia de [REDACTED] e possui, de acordo com as descrições dos documentos de legitimidade, confrontação a Norte e a Nascente com “[REDACTED]”;

2. Em 1999, a empresa A Bragançana Construções, Lda. adquiriu o terreno sobrance do loteamento 8/1989, e constituiu um outro loteamento (4/2004), sendo que, parte do terreno, foi cedido para execução do arruamento a confinar com o lote G, a nascente deste;

3. A parcela de terreno em causa não representa, atualmente, qualquer mais-valia ao espaço público existente; e

4. Permanece por executar, no entanto, o passeio entre o arruamento e o lote G.

Assim, propõe-se à Câmara Municipal que delibere a desafetação de parte da parcela de terreno, com a área de 46 m², do domínio público do Município para o domínio privado, na condição da parcela a alienar se destinar unicamente para alinhamento e complemento de logradouro do lote, sem capacidade construtiva, salvo para o respetivo muro de vedação.

Mantém-se em domínio público uma faixa com 1,60 metros de largura para futura execução do passeio a nascente do lote.

Mais se propõe submeter para deliberação da Assembleia Municipal, a referida desafetação da parcela de terreno com 46 m², nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e para efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, nos termos da informação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter para deliberação da Assembleia Municipal.

PONTO 10 – PROCESSO N.º 105/25 - [REDACTED]

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O processo refere-se a um pedido de reclassificação de solo rústico para solo urbano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que alterou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

De acordo com a planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno identificada está em solo classificado como “Espaços Agro-Silvo-Pastoris de Tipo II”, em “RN2000 – Sítios de Interesse Comunitário – Montesinho e Nogueira”, em “Espaços Naturais – Tipo I” e em “RAN – agosto 2009”.

Nos termos do n.º 1 do artigo 72.º-B do diploma supracitado, “os municípios podem determinar a reclassificação para solo urbano mediante alteração simplificada do plano diretor municipal, sempre que a finalidade seja habitacional e usos complementares”, nos termos previstos, no entanto, de acordo com os n.ºs 2 e 3, e respetivas alíneas, do referido artigo, a reclassificação para solo urbano não pode abranger: “a) Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, excluindo as áreas não abrangidas por regime de proteção; (...) Áreas classificadas nos termos do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, como faixa marítima de proteção costeira, praias, barreiras detriticas, tómbolos, sapais, ilhéus e rochedos emersos no mar, dunas costeiras e dunas fósseis, arribas e respetivas faixas de proteção, faixa terrestre de proteção costeira, águas de transição e respetivos leitos, margens e faixas de proteção, cursos de água e respetivos leitos e margens, lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção, albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da Reserva Ecológica Nacional (REN), bem como os

respetivos leitos, margens e faixas de proteção, zonas adjacentes, zonas ameaçadas pelo mar e zonas ameaçadas pelas cheias, áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e áreas de instabilidade de vertentes; b) Terras classificadas como classe A1 ou solos classificados como classe A e classe B, que se devem manter como Reserva Agrícola Nacional (RAN)”.

Face ao exposto, estando a parcela em área classificada e integrada no regime da RAN, propõe-se à Câmara Municipal que delibere a manutenção da classificação atual do solo rústico.”

Foi deliberado, por unanimidade, manter da classificação atual do solo rústico, nos termos da informação apresentada.

PONTO 11 – PROCESSO N.º 3/11 – Gesturbe - Investimentos Imobiliários Lda.

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O processo refere-se a um loteamento urbano com obras de urbanização, incidindo numa área total de 34.840 metros quadrados, sito na Rua Conde de Ariães, em Bragança, com projeto aprovado em Reunião de Câmara de 17 de junho de 2021.

Por lapso foram descritas no Regulamento do Loteamento, aprovado, as áreas de alguns lotes nomeadamente, os lotes 4, 5, 18 e 19 erradamente, pelo que se propõe a aprovação da correção, reproduzindo na íntegra o Regulamento do alvará de loteamento urbano.

Os terrenos estão localizados dentro do perímetro urbano da cidade, em “Zona de Expansão de Baixa Densidade Tipo I”, em “Zona de Expansão de Média Densidade Tipo II”, em “Zona de Expansão de Média Densidade tipo III”, em Zona Verde de Proteção” e em “Zona Verde de Enquadramento”, de acordo com a planta de zonamento do Plano de Urbanização de Bragança.

A área total é o somatório das áreas de três prédios, um prédio urbano com a área de 26.863,00 metros quadrados, situado no Campo Redondo, com matriz predial n.º 540 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º

3404/20030127, um prédio rústico com a área de 6.600,00 metros quadrados, situado no Bairro da Coxa, com matriz predial n.º 27 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 170/19850814 e um prédio rústico com a área de 1.377,00 m², situado no Bairro da Coxa, com matriz predial n.º 581 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3985/20070810.

No seu todo, o terreno confronta a norte com Rua Pública, a nascente com Acácio Manuel Rodrigues, a sul com Caminho e a poente com Carolina Judite.

O projeto prevê a constituição de um total de dezanove lotes de terreno para construção urbana, de imóveis destinados a habitação multifamiliar, sendo seis do tipo geminado, doze do tipo em banda e um do tipo isolado.

Para cumprimento dos parâmetros de dimensionamento constantes na Portaria n.º 216 – B/2008, de 3 de março, o requerente deveria ceder uma área de 6.358,02 m², destinada a Espaços Verdes e de Utilização Coletiva e uma área de 7.830,84 m², destinada a Equipamento de Utilização Coletiva.

Verifica-se que prevê a cedência de 6.196,38 m², destinada a Espaços Verdes e de Utilização Coletiva e, de 6.460,67 m², destinada a Equipamento de Utilização Coletiva, devendo compensar as áreas em falta de, 161,62 m² e 1.370,17 m², respetivamente, o que, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do capítulo XIII da Tabela de Taxas do Código Regulamentar do Município de Bragança, perfaz a quantia de 54.485,77 € (161,62 m² x 35,57 € + 1.307,17 m² x 35,57 €) devendo o pagamento ser efetuado em numerário.

O projeto cumpre o estipulado no Quadro IV do artigo 42.º do Plano de Urbanização de Bragança, que estipula o número de lugares de estacionamento, de acordo com a tipologia de ocupação.

Propõe-se a constituição de dezanove lotes de terreno, para construção urbana, conforme o Regulamento do alvará de loteamento.

Regulamento:

Ponto Um – São constituídos dezanove lotes de terreno para construção urbana de imóveis destinados a habitação multifamiliar, identificados da seguinte forma:

Lote 1 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Lote 2, a nascente com Rua Pública e a poente com Logradouro Público.

Lote 2 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Lote 1, a sul com Lote 3, a nascente com Rua Pública e a poente com Logradouro Público.

Lote 3 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Lote 2, a sul com Logradouro Público, a nascente com Rua Pública e a poente com Logradouro Público.

Lote 4 - Com a área de 415.00 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Lote 5, a nascente com Rua Pública e a poente com Logradouro Público.

Lote 5 - Com a área de 652.00 m² a confrontar a norte com Lote 4, a sul com Logradouro Público, a nascente com Rua Pública e a poente com Logradouro Público.

Lote 6 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Rua Pública, a nascente com Lote 7 e a poente com Rua Pública.

Lote 7 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Rua Pública, a nascente com Logradouro Público e a poente com Lote 6.

Lote 8 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Rua Pública, a nascente com Lote 9 e a poente com Logradouro Público.

Lote 9 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Rua Pública, a nascente com Lote 10 e a poente com Lote 8.

Lote 10 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Rua Pública, a nascente com Logradouro Público e a poente com Lote 9.

Lote 11 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Rua Pública, a sul com Lote 12, a nascente com Rua Pública e a poente com Rua Pública.

Lote 12 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Lote 11, a sul com Lote 13, a nascente com Rua Pública e a poente com Rua Pública.

Lote 13 - Com a área de 460.00 m² a confrontar a norte com Lote 12, a sul com Rua Pública, a nascente com Rua Pública e a poente com Rua Pública.

Lote 14 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Rua Pública, a sul com Lote 15, a nascente com Rua Pública e a poente com Rua Pública.

Lote 15 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Lote 14, a sul com Lote 16, a nascente com Rua Pública e a poente com Rua Pública.

Lote 16 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Lote 15, a sul com Rua Pública, a nascente com Rua Pública e a poente com Rua Pública.

Lote 17 - Com a área de 340.00 m² a confrontar a norte com Rua Pública, a sul com Logradouro Público, a nascente com Lote 18 e a poente com Rua Pública.

Lote 18 - Com a área de 449,00 m² a confrontar a norte com Lote 17, a sul com Logradouro Público, a nascente com Logradouro Público e a poente com Lote 17.

Lote 19 - Com a área de 420,58 m² a confrontar a norte com Logradouro Público, a sul com Rua Pública, a nascente com Logradouro Público e a poente com Rua Pública.

Ponto Dois - Propõe-se o seguinte regulamento para as construções a edificar nos lotes formados:

Dois Ponto Um – Os Lotes de 1 a 19 destinam-se à construção de imóveis, sendo do tipo geminado os lotes 4,5,6,7,17, e18, do tipo em banda os lotes 1,2,3,8,9,10,11,12,13,14,15, e 16 e do tipo isolado o lote 19.

Dois Ponto Dois - Os lotes de 1 a 12, 14, 15, 17 e 18 destinam-se à construção de edifícios compostos por quatro pisos acima da cota de soleira, rés-do-chão e três andares e de uma ou mais caves abaixo da mesma. Os lotes 13, 16 e 19 destinam-se à construção de edifícios compostos por cinco pisos acima da cota de soleira, rés do chão e quatro andares e de uma ou mais caves abaixo da mesma.

Dois Ponto Três – As caves dos lotes 1 a 19 serão destinadas, unicamente, a garagem para estacionamento automóvel privado dos proprietários respetivos.

Dois Ponto Quatro – O rés do chão dos lotes de 1 a 4, de 6 a 12, 14, 15, 17, 18 e 19 será destinado a habitação e dos lotes 5, 13 e 16 será destinado a comércio ou serviços ou estabelecimentos de restauração e bebidas.

Dois Ponto Cinco - Os andares dos lotes 1 a 19 serão destinados unicamente a habitação.

Dois Ponto Seis - Nos lotes 1 a 4 e 6 a 17, a área máxima de construção ao nível do rés do chão é de 340.00 m², sendo idêntica nos restantes pisos, no lote 5 a área máxima de construção ao nível do rés-do-chão e caves é de 488.05 m² e de 340.00 m² nos restantes pisos, no lote 18 a área máxima de construção ao nível do rés do chão é de 323.00 m², sendo idêntica nos restantes pisos, no lote 19 a área máxima de construção ao nível do rés-do-chão é de 355.00 m², sendo idêntica nos restantes pisos.

Dois Ponto Sete - Nos lotes 1 a 19 nos imóveis a construir, nenhum piso poderá exceder as áreas previstas nem, como consequência disso, ser desrespeitados os alinhamentos definidos no desenho da planta de projeto de loteamento. Será, no entanto, admissível que as construções tenham alinhamentos não retilíneos, desde que projetados dentro da mancha de implantação prevista.

Dois Ponto Oito - Nos lotes 1 a 19 as cotas de pavimentos deverão respeitar as indicações constantes nos perfis transversais do projeto de loteamento para cada lote, nomeadamente as cotas da cave, rés-do-chão, 1º andar e cércea, não sendo permitido que a diferença de cota entre o rés-do-chão e o passeio público, medido a meio da largura do lote, relativamente ao arruamento que o serve, ultrapasse um metro de altura.

Dois Ponto Nove - Nos lotes 1 a 19 nos imóveis a edificar, no revestimento das paredes exteriores, devem evitar-se tonalidades fortes ou grande diversidade de tons, procurando aplicar-se materiais que contribuam para a

integração arquitetónica da envolvente, não sendo permitido a utilização de azulejo, não se entendendo como tal tijoleira cerâmica.

Dois Ponto Dez - Fica o loteador responsável pelas obras de urbanização e pelo fornecimento e colocação dos contentores previstos e toponímia a indicar pela autarquia.

Atendendo a que o número de fogos proposto para o loteamento é superior a 150, o processo foi sujeito a discussão pública, pelo período de trinta dias úteis, nos termos da alínea b) do Artigo B -1/84.º do Código Regulamentar do Município de Bragança, verificando-se não ter havido qualquer reclamação/sugestão.

O projeto do loteamento cumpre o regulamento do Plano de Urbanização da cidade de Bragança, pelo que se propõe à Câmara Municipal que delibere a sua aprovação.”

Foi deliberado, por unanimidade, a aprovação da correção, reproduzindo na íntegra o Regulamento do alvará de loteamento urbano, nos termos da informação apresentada.

PONTO 12 – PROCESSO N.º 1/24 - Verdágua Ativos, Lda.

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“A empresa requerente apresentou um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de um Empreendimento de Turismo no Espaço Rural, na modalidade de “Hotel Rural”.

De acordo com a planta de localização apresentada, o prédio situa-se fora do perímetro urbano de Bragada, no lugar Cabeço das Vinhas, Freguesia de Quintela de Lampaças, em solo classificado no Regulamento do Plano Diretor Municipal como “Espaços AgroSilvo-Pastoris Tipo II”, em “Espaços Florestais de Conservação e de Proteção” e em “Rede Natura 2000”.

Tendo sido solicitado parecer, sobre a localização, ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, ICNF, esta entidade pronunciou-se declarando entender que “deverá ser obtida pronúncia prévia da autoridade de AIA relativamente à pretensão, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 151-

B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, como pré-requisito prévio à emissão de parecer por parte do ICNF”, pelo que emitiu parecer desfavorável à pretensão, em 28 de fevereiro de 2024.

Atendendo ao parecer emitido, o pedido de informação prévia foi indeferido em Reunião de Câmara de 11 de março de 2024.

Após o indeferimento, o requerente apresentou um parecer da CCDR-N, na qualidade de Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), declarando que a pretensão não está sujeita a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

A pretensão foi enviada, novamente, a parecer do ICNF que, em 2 de julho de 2025, emitiu parecer desfavorável, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março, (Medidas de ordenamento do território), declarando que “a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, são interditas, não se enquadrando a pretensão (empreendimento turístico - Hotel Rural), em qualquer das exceções previstas deste articulado pelo que a pretensão não poderá merecer pronúncia favorável do ICNF, I.P., por não ser permitida nesta ZEC Montesinho/Nogueira”.

Face ao parecer desfavorável emitido, propõe-se à Câmara Municipal que manifeste a intenção de indeferimento da viabilidade da construção pretendida, devendo comunicar-se ao requerente que possui o prazo de 10 dias para, em sede de audiência dos interessados, se pronunciar, por escrito, sobre a manifestação de indeferimento da pretensão. O parecer do ICNF, em anexo ao processo e previamente distribuído a todos o Membros do Executivo, deverá ser enviado ao requerente.”

Foi deliberado, por unanimidade, manifestar intenção de indeferir a pretensão, nos termos da informação apresentada.

Mais foi deliberado, por unanimidade, informar o requerente que, de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, lhe é dado o prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação, para, por escrito, se pronunciar sobre o que se lhe oferecer.

PONTO 13 – PROCESSO N.º 39/25 - Junta de Freguesia de Samil

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O projeto refere-se à ampliação de um equipamento de utilização coletiva, prevendo a construção de um edifício destinado a apoio a uma estrutura polidesportiva existente.

O edifício, com uma área de implantação/construção de 140,94 m², possuirá instalações sanitárias, balneários e arrumos.

De acordo com a planta de localização apresentada, a parcela de terreno situa-se fora do perímetro urbano de Samil, em solo classificado no Regulamento do Plano Diretor Municipal como “Espaços Agrícolas”, integrado em áreas de “Recursos Geológicos Potenciais”, “Reserva Agrícola Nacional” e, ainda, em “Outros imóveis com interesse – Zona de Proteção”.

Atendendo à localização foram solicitados pareceres às entidades competentes.

Assim, a Agência Portuguesa do Ambiente, APA, em 20 de maio de 2025, emitiu parecer favorável condicionado ao cumprimento de alguns requisitos que deverão ser dados a conhecer ao requerente.

A Direção Geral de Energia e Geologia, pronunciou-se favoravelmente, em 9 de maio de 2025, declarando não haver inconveniente na pretensão.

A Reserva Agrícola Nacional, RAN, emitiu parecer desfavorável por falta de elementos necessários à avaliação da pretensão.

Face aos pareceres referidos, propõe-se à Câmara Municipal que delibere manifestar a intenção de indeferimento da pretensão da Junta de Freguesia de Samil, devendo enviar-se-lhe os pareceres das entidades consultadas.”

Foi deliberado, por unanimidade, manifestar intenção de indeferir a pretensão, nos termos da informação apresentada.

PONTO 14 – PROCESSO N.º 94/25 - Freguesia de Grijó de Parada

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O processo, submetido através de comunicação prévia, contendo projeto de arquitetura e os projetos de especialidades aplicáveis, parte de uma iniciativa da Junta de Freguesia de Grijó de Parada para edificação de uma piscina comunitária pública, para uso dos habitantes da referida freguesia.

A parcela de terreno inscrita na matriz urbana n.º 57, situa-se dentro do perímetro urbano, em “Espaços Urbanizados de Equipamentos”, pretendendo-se implantar o equipamento no recinto da escola primária já edificada, num terreno com uma área total de 1.400 m². Sobre o referido terreno existe um protocolo de colaboração em vigência, celebrado entre a Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia de Grijó de Parada.

A construção com uma área de implantação de 110,25 m², executada em betão armado, prevê a pavimentação do espaço envolvente, com revestimento a mosaico cerâmico antiderrapante para exterior e os acessos em pavê de cimento, e a instalação de chuveiros de apoio, sendo a área de convívio ladeada com painel de vedação. A piscina funcionará de forma autónoma com um sistema de filtragem automático, ficando a parte da limpeza e manutenção ao encargo da Junta de Freguesia.

Desta forma, verifica-se que é dado cumprimento ao índice de impermeabilização máximo de 80%, conforme o definido nos artigos 45.º, 46.º e 47.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.

Previne-se que deverá ter em consideração as demais especificações presentes em legislação específica sobre piscinas de uso público, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho.

De acordo com disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a operação urbanística está isenta de controlo prévio.

Conforme estipulado no n.º 2 do mesmo artigo, a execução das operações urbanísticas previstas no número anterior, com exceção das promovidas pelos municípios, fica sujeita a parecer prévio não vinculativo da câmara municipal, que deve ser emitido no prazo de 20 dias a contar da data da receção do respetivo pedido.

Em conformidade com o n.º 9 do referido artigo, o interessado tem, até cinco dias úteis antes do início das obras, o dever de notificar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, para efeitos de eventual fiscalização e de operações de gestão de resíduos de construção e demolição.

Assim, nestes termos, solicita-se à Câmara Municipal que delibere a aceitação do projeto.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nos termos da informação apresentada.

PONTO 15 – PROCESSO N.º 54/25 – Santuário de Nossa Senhora da Cabeça

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O processo refere-se a um projeto de arquitetura relativo a arranjos exteriores para requalificação e valorização da zona envolvente do Santuário de Nossa Senhora da Cabeça, sito na Freguesia de Nogueira, numa parcela de terreno rústica com a área de 4.200 m², inscrita na matriz n.º 2247, comprovado através da apresentação de certidão negativa. Localiza-se na grande maioria em solo classificado como “Espaços agro-silvo-pastoris de tipo II”, estando também em “Espaços florestais de conservação e de proteção”, “REN Áreas de Risco Erosão” e “RN2000 ZPE Montesinho Nogueira”.

A proposta compreende a pavimentação em cubos de granito (0,11 metros x 0,11 metros) em ambos os lados da berma da estrada de acesso ao recinto do santuário, com 1 metro de largura, entre outras áreas de pavimentação. A proposta prevê ainda a construção de um miradouro na orientação noroeste do recinto do santuário, constituída por perfis metálicos assentes em sapatas de betão armado, possuindo a plataforma uma ligeira inclinação de 6% e revestimento do pavimento em deck composto para exterior de cor castanha, com gradeamento de 0,90 metros de altura em barras de aço de 50 milímetros com 5 milímetros de espessura metalizada para pintar a tinta de esmalte, tipo forja cinza, afastadas 100 milímetros entre si e aparafusadas na estrutura metálica.

Atendendo à localização foi solicitado parecer à Reserva Ecológica Nacional e ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, tendo a REN informado que a pretensão não carece de apreciação no “âmbito o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, informa-se que a pretensão corresponde ao tipo de usos ou ações previstas na alínea e) do n.º VII do Anexo II do RJREN:

- “Espaços verdes equipados de utilização coletiva”. Ou, quando não, na seguinte alínea f);

- “Abertura de trilhos e caminhos pedonais/clicáveis destinados à educação e interpretação ambiental e de descobertas da natureza, incluindo pequenas estruturas de apoio”, encontrando-se, as ações, isentas de comunicação prévia no sistema de REN interferido.

Devendo, contudo, salvaguardar o disposto, aplicável, nas alíneas e) e f) do Anexo I da Portaria n.º 419/2012 de 20 de dezembro.”

Por sua vez, o ICNF emitiu parecer favorável condicionado aos pontos que se elencam de seguida:

- “- As intervenções deverão ser confinadas ao mínimo necessário para a execução das obras, devendo ser utilizados materiais permeáveis e/ou semi-permeáveis;

- Devem ser utilizados os acessos existentes, quer durante a execução dos trabalhos, quer posteriormente, para ações de manutenção/utilização deste espaço, não estando autorizada a abertura de novos acessos;

- A realização dos trabalhos está interdita no período crepuscular e noturno, compreendido entre uma hora antes do pôr-do-sol e uma hora após o nascer-do-sol;

- Acautelar, durante as fases de obras, que as ações necessárias que induzam maior perturbação ou ruído ocorram fora do período preferencial de nidificação da avifauna e de reprodução da fauna terrestre (março a junho);

- Os movimentos de maquinaria (sempre de pequena dimensão) deverão ser efetuados sempre pelos mesmos locais, de modo a evitar a destruição do

coberto vegetal existente nas áreas adjacentes e a compactação excessiva do terreno envolvente;

- Evitar danos ou a destruição acidental da vegetação arbórea e arbustiva recorrendo, se necessário à sua proteção/sinalização através de meios adequados (a retirar no fim da obra);

- Devem ser mantidas as sebes e as bordaduras naturais existentes, assim como espécies arbóreas/arbustiva autóctones, não estando autorizado o seu corte e /ou danos;

- Não poderá haver afetação do solo nem das linhas de água, em especial no que diz respeito a efluentes líquidos e resíduos sólidos decorrentes da obra ou da utilização deste espaço, e ainda que decorrentes de descargas acidentais;

- Findos os trabalhos, assegurar a remoção e encaminhamento para local adequado e para esse fim destinado (licenciado para o efeito), todos os resíduos ou entulhos das obras;

No caso da existência de espécies arbóreas protegidas (azinheira, sobreiro e azevinho espontâneo), em que haja necessidade do seu corte e/ou arranque, bem como a sua poda, o promotor deverá obter prévia autorização por parte do ICNF, I.P. conforme estipulado nos Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho e Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro.

Deve ser acautelado o cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, no que respeita à gestão integrada de fogos rurais”.

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere a aprovação da pretensão.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nos termos da informação apresentada.

PONTO 16 – PROCESSO N.º 18/22 - [REDACTED]

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O requerente solicita a renovação da licença para obras, referente à construção de um edifício destinado a armazém agrícola, ao abrigo do artigo 72.º do Regulamento Jurídico da Urbanização e Edificação.

O projeto foi aprovado em Reunião de Câmara de 28 de novembro de 2022 tendo sido emitido, em 21 de novembro de 2023, o respetivo alvará de obras com o n.º [REDACTED] e que caducou em 21 de novembro de 2024, sem que o requerente iniciasse as obras.

Estando interessado em iniciar a construção do edifício, solicita uma nova licença.

Uma vez que o presente pedido é apresentado sem que tenha decorrido o prazo de 18 meses a contar da data da caducidade, serão utilizados neste novo processo os elementos que instruíram o processo anterior.

O edifício será implantado fora do perímetro urbano do Parâmio, em solo classificado no Regulamento do Plano Diretor Municipal como “Espaços Agro-Silvo Pastoris Tipo I” e em área integrada em “Rede Natura 2000”.

Como não houve alterações de facto e de direito (confirmação telefónica efetuada junto dos Técnicos dessa entidade) que justifique uma nova solicitação de parecer ao ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, será considerado o parecer favorável condicionado, emitido anteriormente.

O prédio, com a área total de 42.900 metros quadrados, está inscrito na matriz rústica n.º [REDACTED] e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º [REDACTED], da Freguesia do [REDACTED].

O armazém de apoio à agricultura desenvolve-se num só piso, com uma área de implantação de 600 metros quadrados.

O projeto propõe a construção de um armazém de apoio à agricultura, composto por um piso.

De acordo com a carta de ocupação de solos, situa-se em solo classificado como “Agricultura”, estando o perímetro de implantação do edifício fora das áreas classificadas, na cartografia de perigosidade de risco de incêndio, como “Elevado” ou “Muito Elevado”.

O projeto cumpre o regime de edificabilidade, estipulado no Quadro 2 do artigo 21.º do regulamento do Plano Diretor Municipal.

Propõe-se à Câmara Municipal que delibere aprovar a renovação da licença de obras, pelo prazo de 24 meses, devendo o requerente ter em atenção as condições impostas no parecer emitido pelo ICNF e que ficará a seu cargo a execução de todas as infraestruturas necessárias, não sendo permitido lançar efluentes diretamente em linhas de água, sem prévio tratamento.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a renovação da licença de obras, pelo prazo de 24 meses, nos termos da informação apresentada.

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E MOBILIDADE

PONTO 17 – PEDIDOS DE APOIO DE TRANSPORTE PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRAS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Logística e Mobilidade:

“De acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a atribuição de apoios a “...atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município” é da competência da Câmara Municipal.

Neste sentido, submete-se, para deliberação, o documento apenso ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo, com informação dos pedidos de transporte efetuados por entidades externas ao Município e que carecem de aprovação, ou ratificação dos atos praticados pelo Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do mesmo diploma legal, sendo estas autorizações decorrentes de circunstâncias excecionais e, por motivo de urgência, não ter sido possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, dada a importância de apoiar estas entidades no âmbito da sua natureza desportiva, educativa e cultural.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar e ratificar os atos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da informação e respetivo anexo.

PONTO 18 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LETIVO DE 2025/26 - Concurso Público n.º 25/2025-CP-DLM – Ratificação do Ato

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Logística e Mobilidade:

“Para a aquisição dos serviços acima referidos, serve a presente informação para propor a aprovação do anúncio, do programa de concurso e do caderno de encargos, onde se incluem as cláusulas técnicas. Segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, é da responsabilidade do Município a elaboração e aprovação do Plano de Transporte Escolar, devendo o Município promover a reunião com o Conselho Municipal de Educação. Neste contexto, projetou-se uma rede de transportes escolares em circuito especial de aluguer que servirá um universo de aproximadamente 130 alunos, composta por 20 circuitos que perfazem aproximadamente 770 km diários, tendo como base os seguintes pressupostos:

1. O transporte deverá ser executado em conformidade com a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, e a Portaria n.º 1350/2006, de 27 de novembro, que estabelecem o Regime Jurídico dos Transportes Coletivos de Crianças com idades inferiores a 16 anos;

2. Tempo máximo de espera de 10 minutos e, sempre que possível, tempo máximo de viagem de 30 a 60 minutos;

3. Minimização das distâncias dos circuitos, adequação da capacidade de transporte ao número de alunos e conseqüente minimização dos custos associados. Foram também considerados os seguintes pressupostos:

- a) 179 dias de aulas; e
- b) Manutenção das escolas atualmente abertas.

Na prossecução da atividade autárquica torna-se necessário proceder à aquisição dos serviços supramencionados. O valor estimado da despesa para ano letivo 2025/2026 é de 313.250,00 € (acrescidos de IVA à taxa de 6%), prevendo-se para o ano de 2025 o montante de 115.902,50 € (acrescidos de IVA

à taxa de 6%) e para o ano de 2026 o montante de 197.347,50 € (acrescidos de IVA à taxa de 6%).

Assim e dada a inexistência de recursos materiais na autarquia, torna-se necessário proceder à abertura de um procedimento atrás descrito, pelo valor total estimado de 313.250,00 €, dividido em 20 lotes conforme caderno de encargos.

A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 0303/020210 – transportes, a qual tem uma dotação de 618.330,61 € para o ano de 2025.

Face ao valor e considerando que a situação se enquadra na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 130.º do CCP, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, solicita-se autorização para se adotar o “Concurso Público” com publicação internacional, propondo-se, ainda, a autorização dos seguintes pontos:

- Sendo um Concurso Público, a aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do Anúncio, Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos;

- Em conformidade com o previsto no artigo 67.º do referido diploma legal, propomos a seguinte designação do júri, o qual conduzirá o Concurso Público:

Presidente, [REDACTED]
[REDACTED]; Vogais, [REDACTED] Assistente Técnico e [REDACTED], Técnico Superior; Vogais Suplentes, [REDACTED]
[REDACTED], Técnicos Superiores.

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo primeiro vogal.

Sendo um Concurso Público e nos termos do artigo 147.º do CCP, o júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma seja dispensada ao abrigo do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

De acordo com o disposto a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, e a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é competente para autorizar a presente despesa a Câmara Municipal.

Sendo um Concurso Público e face ao que antecede, solicita-se à Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a abertura do procedimento, o Anúncio, o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e a constituição do júri do procedimento.

Perante a urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara, ao abrigo da competência que confere o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal autorizou o documento, nos termos da informação, no dia 3 de julho de 2025, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.”

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

PONTO 19 – AQUISIÇÃO DE [6] AUTOCARROS 100% ELÉTRICOS E DE [4] CARREGADORES ELÉTRICOS – FUNDO AMBIENTAL - Processo n.º 24/2025- CP-DLM - Anulação do Procedimento

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Logística e Mobilidade:

“Tendo o Senhor Presidente da Câmara emitido o competente despacho “Agendar para RC, para deliberação” no dia 13 de junho de 2025.

E tendo, no dia 23 de junho de 2025, sido deliberado a abertura do procedimento em título, sucede que, pese embora se ter pugnado por diligenciar atempadamente com os tramites legais e procedimentais necessários, a verdade é que no dia 26 de junho de 2025 se verificou que, por lapso, havia um pressuposto inerente a este processo que estava por concluir, designadamente a proposta de cabimento (PRC) necessária para os efeitos legais a reproduzir, porquanto a mesma não estava elaborada.

E tal constrangimento deveu-se à necessidade de aumento de dotação de rubricas, com a imprescindível revisão orçamental que ocorreu em Sessão da Assembleia Municipal, no passado dia 25 de junho de 2025.

A Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, estabelece os princípios e as regras orçamentais aplicáveis ao setor das administrações públicas, o regime do processo orçamental, as regras de execução, de contabilidade e reporte orçamental e financeiro, bem como as regras de fiscalização, de controlo e auditoria orçamental e financeira, respeitantes ao perímetro do subsetor da administração central e do subsetor da segurança social.

O seu âmbito subjetivo está contido no artigo 2.º, destacando-se que o setor das administrações públicas abrange todos os serviços e entidades dos subsectores da administração central, regional, local e da segurança social, que não tenham natureza e forma de empresa, de fundação ou de associação públicas.

Nos termos do n.º 3 artigo 52.º da LEO, nenhuma despesa pode ser autorizada sem que, cumulativamente:

1. O facto gerador da obrigação respeite as normas legais aplicáveis;
2. Disponha de inscrição orçamental no programa e no serviço ou na entidade, tenha cabimento e identifique se os pagamentos se esgotam no ano ou em anos futuros no período previsto para o programa; e
3. Satisfaça os requisitos de economia, eficiência e eficácia.

Tal implica, necessariamente, que todos estes organismos devem incluir nos seus orçamentos a totalidade das receitas e despesas, não podendo realizar quaisquer outras despesas que não aquelas aí previstas, por falta de cabimento.

Esta obrigação de cabimento prévio decorre igualmente do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.

Não tendo sido realizada a inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa, verifica-se uma desconformidade financeira, conforme previsto no artigo 22.º, números 1 e 2 do diploma legal acima citado, o que impede a sua autorização.

A inexistência de inscrição orçamental e cabimento representa um não cumprimento cabal das normas financeiras, previstas no artigo 52.º, n.º 3 da Lei de Enquadramento Orçamental, assim como do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.

Determina o n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que as peças de qualquer procedimento de contratação pública são aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar. O que, desde logo, significa que tal aprovação pressupõe, naturalmente, uma decisão de contratar. Com efeito, não faria sentido aprovar as peças de um procedimento contratual sem que previamente tivesse sido tomada uma decisão legitimadora do início desse procedimento.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, “o procedimento de formação de qualquer contrato se inicia com a decisão de contratar, a qual cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, podendo essa decisão estar implícita nesta última”. A decisão de contratar é, pois, um ato jurídico, unilateral, pelo qual, constatada a necessidade ou a conveniência de adquirir certos bens ou serviços, o órgão com competência para comprometer a entidade adjudicante – financeiramente, se houver lugar ao pagamento de um preço pela entidade adjudicante ou para a celebração do contrato, caso não haja lugar a qualquer pagamento – decide abrir um procedimento para determinar com quem e em que condições será celebrado o correspondente contrato.

Salienta-se, porém, que a decisão de contratar não tem que cingir-se à simples manifestação, pela entidade adjudicante, da necessidade ou vontade de adquirir bens ou serviços, encontrando-se, não raras vezes, como expressamente se afirma no citado n.º 1 do artigo 36.º do CCP, antes de tudo o mais, implícita na autorização para a realização da despesa e pode incluir, igualmente, não só a decisão relativa à modalidade procedimental a adotar, mas também a aprovação das respetivas peças ou de algumas delas, a designação dos membros do júri, etc.

Ora, conforme decorre, aliás, da associação que é feita no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, entre a decisão de contratar e a competência para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, envolvendo a decisão de contratar a realização de uma despesa, revela-se necessário garantir a respetiva disponibilidade orçamental. Na verdade, no processo de realização da despesa pública, a sua autorização pressupõe que se verifique, não só a sua conformidade legal como a respetiva regularidade financeira, dependendo esta, como é sabido, da inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa (*cf.* artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho).

Por conseguinte, previamente à decisão de autorizar a despesa terá de assegurar a respetiva dotação orçamental, devendo para tanto os serviços municipais adotar um registo de cabimento prévio do qual constem os encargos prováveis (*cf.* artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho).

Ou seja, ainda que estejamos numa fase pré-concorrencial, do ponto de vista da ótica financeira e de tesouraria, essa decisão sempre implicará um registo de cabimento prévio, dos respetivos encargos estimados.

In casu, estamos perante uma situação em que, por lapso, se deliberou sobre um assunto que culminou na decisão de abertura de concurso sem estar cabimentada a respetiva despesa.

Assim, está em causa um ato anulável nos termos do n.º 1 do artigo 163.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA). O ato anulável, embora inválido, é juridicamente eficaz até ao momento em que venha a ser anulado, sendo a anulabilidade sanável, quer pelo decurso do tempo, quer por ratificação, reforma ou conversão, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 164.º do CPA.

Tem legitimidade para impugnar o ato anulável o interessado na sua anulação, neste caso, o Senhor Presidente da Câmara que suscitou a questão, assim que fora identificado o lapso, o que é demonstrativo da boa-fé, transparência e sentido de compromisso com que rege a sua atuação.

De facto, apesar de a Reunião de Câmara ter tido lugar no dia 23 de junho de 2025, a verdade é que, volvidos apenas três dias, a Assembleia Municipal

autorizou a revisão orçamental que subjaz a competente dotação orçamental (e respetiva rubrica de cabimento) que se encontrava em falta.

Nestes termos, a Câmara Municipal de Bragança tem legitimidade para, através de nova deliberação anular, com fundamento em desconformidade financeira, a deliberação anterior, de 23 de junho de 2025, através da qual deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento, o anúncio, o programa de concurso e o caderno de encargos relativo ao concurso público Processo n.º 24/2025- CP-DLM, nos termos dos artigos 163.º e 164.º do CPA.

Desta forma, cumpre informar que, de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, conjugada a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, sendo o preço base superior a 149.639,37 €, é competente para autorizar a presente despesa a Câmara Municipal.

Desta forma torna-se necessário proceder abertura de novo procedimento, pelo que se propõe a anulação, com fundamento em desconformidade financeira, da deliberação anterior, tomada em reunião de Câmara de 23 de junho de 2025.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a anulação do procedimento, nos termos da informação apresentada.

PONTO 20 – AQUISIÇÃO DE (6) AUTOCARROS 100% ELÉTRICOS E DE (4) CARREGADORES ELÉTRICOS – FUNDO AMBIENTAL - Processo n.º 27/2025- CP-DLM – Abertura do Procedimento

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Logística e Mobilidade:

“Considerando o enquadramento da despesa no âmbito do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nas atribuições do Município trata-se de Transportes e comunicações.

Considerando o enquadramento no Orçamento do Estado, “Encargos com contratos de aquisição de serviços”, nos termos da alínea g) número 6 do artigo

16.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, “O disposto nos n.ºs 1 a 3 não se aplica às autarquias locais e entidades intermunicipais”.

A presente contratação não visa a aquisição de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização e apoio à gestão.

Este procedimento é efetuado nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

O nome do Gestor do Contrato, nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), é o Assistente Operacional [REDACTED].

Para a escolha do procedimento em função do valor do contrato (artigos 17.º a 22.º do CCP), e como o preço base é superior a 221.000,00 €, propõe-se concurso público com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

O período total do procedimento administrativo e contratual estima-se em 302 dias, sendo o prazo de execução/entrega de bens de 210 dias e o preço base será de 2.477.909,39 + IVA.

A fixação do valor estimado do contrato foi fundamentada nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, “Com base em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A”.

O critério de adjudicação nos termos do artigo 74.º do CCP é “... feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada...” pela seguinte modalidade, monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

O presente procedimento não carece de pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias nos termos do n.º 5 do artigo 36.º-A do CCP.

Nos termos do artigo 46.º-A do CCP (obrigatório fundamentar para aquisição superior a 135.000,00 € (bens e serviços) ou 500.000,00 € (empreitadas), assim sendo a prestação é técnica e funcionalmente incidível

bem como a gestão de um único contrato se revela ser a mais eficiente para a entidade adjudicante na aquisição em causa.

O Plano Plurianual de Investimentos é o 02/2018 - “Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público”, sendo as rubricas para cabimento a 0303/07010602 - outros e a 0303/07010410 – infraestruturas para distribuição de energia elétrica. Os fundos disponíveis são de 32.933.912,67 € e o Código CPV é o 34121100-2 Autocarros Públicos / 31158000-8 Carregadores.

Neste sentido a presente proposta de contratação de bens tem como objetivo providenciar aquisição de 6 autocarros elétricos, destinados ao serviço de transporte público de passageiros, e a aquisição e instalação de 4 postos de carregamento elétrico (PCE) destinados ao abastecimento dos referidos veículos. Na sequência da candidatura “AAC N.º 01/C21-i12/2024 – Descarbonização dos transportes públicos”, o Município de Bragança entendeu desenvolver a Operação “Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público”, que, a par de outras iniciativas e projetos, procura ser uma resposta aos novos desafios gerados pelas questões da mobilidade e dos transportes, de forma a acelerar a transição energética no setor dos transportes, com a adoção de um regime ambientalmente sustentável, para além de promover a equidade e a coesão no acesso a um serviço público de transporte de qualidade.

A aquisição destes autocarros elétricos contribui para a melhoria do desempenho ambiental e de mobilidade do Município de Bragança, designadamente ao nível energético, climático e ambiental.

Assim, torna-se necessário proceder à aquisição de bens, dado a inexistência de recursos materiais na autarquia e uma vez que o valor estimado da despesa a efetuar é de cerca de 2.477.909,39 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, submete-se à consideração superior a presente proposta.

Face ao valor e considerando que a situação se enquadra na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e o artigo 130.º do CCP, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, solicita-se autorização para se adotar o “Concurso

Público” com publicação internacional, propondo-se ainda a autorização dos seguintes pontos:

- Sendo “Concurso Público”, a aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do anúncio, programa do procedimento, do caderno de encargos.

- Constituição do júri: Presidente, [REDACTED]; Vogais efetivos, [REDACTED]; [REDACTED], Técnicas Superiores; Vogais suplentes, [REDACTED], Técnicos Superiores. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do Júri seja substituído pelo 1.º vogal efetivo e assim sucessivamente.

- Nos termos do artigo 147.º do CCP, o júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se que a mesma seja dispensada ao abrigo do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

De acordo com o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, conjugada a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com a delegação de competências, sendo o preço base superior a 149.000,01 €, é competente para autorizar a presente despesa a Câmara Municipal.

Sendo um Concurso Público, e face ao que antecede solicita-se à Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a abertura do procedimento, o anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos e a constituição do Júri do procedimento.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento, o anúncio, o programa de concurso e o caderno de encargos, conforme consta da informação apresentada.

MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

PONTO 21 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A ASSOCIAÇÃO AMICA - AMICUS CANIS

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Médica Veterinária Municipal:

“Entre o Município de Bragança e a Associação AMICA - Amicus Canis, foi celebrado, em 6 de maio de 2015, um Protocolo de Colaboração para o ano de 2015, tendo como objetivo a organização e implementação de ações de esterilização de animais abandonados, promovendo o controlo da reprodução e potenciar a sua adoção.

Nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 foi dada continuidade à colaboração entre as duas entidades, na prossecução daquele objetivo, com base no protocolado em 2015.

A esterilização de animais abandonados, bem como a sensibilização destas ações junto da população, na perspetiva de diminuir o número de animais abandonados, são objetivos primordiais da Associação AMICA - Amicus Canis,

Tendo em vista que, durante o ano de 2015 foram esterilizados 37 animais, em 2016, 47 animais, em 2017, 80 animais, em 2018, 84 animais, em 2019, 85 animais, em 2020, 102 animais, em 2021, 143 animais, em 2022, 119 animais, em 2023, 197 animais e em 2024, 75 animais, o Município tem interesse em prosseguir a Colaboração com a Associação.

Por seu turno, a Associação entregou um relatório das ações realizadas até ao final do ano de 2024 e também manifestou interesse em prosseguir a colaboração com o Município.

Para desenvolvimento das futuras ações de esterilização é necessário e de relevante interesse público que este Município continue a prestar um apoio financeiro à Associação AMICA – Amicus Canis, no valor de 5.000,00 € (cabimento n.º 1701/2025), para efeitos de aquisição de consumíveis e concretização das ações de esterilização de animais abandonados.

A despesa tem enquadramento orçamental pela rubrica 0102/040701 – Instituições sem fins lucrativos, a qual apresenta um saldo para cabimento de

29.071,87 € (valor sem plano). Os fundos disponíveis ascendem, em 7 de julho de 2025, a 33.581.793,06 €.

Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal a celebração de um Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Associação AMICA - Amicus Canis, para o ano de 2025, de acordo com o clausulado constante da minuta previamente distribuída a todos os Membros do Executivo.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta e a celebração do Protocolo de Colaboração, nos termos propostos, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas.

PONTO 22 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E ASSOCIAÇÃO BRIGANTINA DE PROTEÇÃO ANIMAL (ABPA)

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Médica Veterinária Municipal:

“Entre o Município de Bragança e a Associação ABPA – Associação Brigantina de Proteção Animal, foi celebrado, em 24 de maio de 2023, um Protocolo de Colaboração para o ano de 2023, tendo como objetivo apoio nas despesas de funcionamento/manutenção do canil da ABPA.

No ano de 2024 foi dada continuidade à colaboração entre as duas entidades, na prossecução daquele objetivo, com base no protocolado em 2023.

A ABPA desenvolve a sua atividade em favor dos animais abandonados do concelho de Bragança, o que além de demonstrar uma grande preocupação pelos animais, contribui para a salvaguarda da saúde pública.

A Associação tem alojados cerca de 60 animais, todos recolhidos de situação precária e de abandono, o que contribui de forma significativa para a diminuição de animais errantes no nosso concelho, com todas as implicações que isso tem, nomeadamente no bem-estar desses animais, melhoria da limpeza e higiene urbana e principalmente porque, indiretamente, colaboram no cumprimento da obrigação legal de recolha de animais vadios ou errantes, cuja competência está atribuída às Câmaras Municipais.

Para desenvolvimento das futuras ações de esterilização é necessário e de relevante interesse público que este Município continue a prestar um apoio financeiro à Associação Brigantina de Proteção Animal (ABPA), no valor de 2.000,00 € (cabimento n.º 1706/2025), para efeitos de aquisição de consumíveis e concretização das ações de esterilização de animais abandonados.

A despesa tem enquadramento orçamental pela rubrica 0102/040701 – Instituições sem fins lucrativos, a qual apresenta um saldo para cabimento de 29.071,87 € (valor sem plano). Os fundos disponíveis ascendem, em 7 de julho de 2025, a 33.581.793,06 €.

Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal a celebração de um Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Associação Brigantina de Proteção Animal (ABPA), para o ano de 2025, de acordo com o clausulado constante da minuta previamente distribuída a todos os Membros do Executivo.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta e a celebração do Protocolo de Colaboração, nos termos propostos, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

PONTO 23 – PROJETO FÉRIAS DIVERTIDAS++ 2025 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DOS SANTOS MÁRTIRES, A BRICARE – ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PAIS E AMIGOS E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÉ, SANTA MARIA E MEIXEDO – Ratificação do Ato

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Educação:

“O Município de Bragança, consciente das dificuldades dos pais e encarregados de educação para assegurarem o acompanhamento das crianças nas férias de Verão, disponibiliza o Programa Férias Divertidas Verão, nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, consagrado no

artigo F-2/3.º, Título II – Ação Social Escolar, do Código Regulamentar do Município de Bragança.

Tendo-se verificado dificuldade em integrar nas atividades deste programa as crianças abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, com medidas seletivas ou adicionais, que necessitam de um acompanhamento permanente, pretende-se criar o Projeto Férias Divertidas++ (acolhimento de crianças com Educação Inclusiva), com atividades a decorrer de 30 de junho a 12 de setembro de 2025.

Considerando que os jardins de infância públicos da cidade de Bragança não dispõem de espaços, materiais e recursos humanos especializados, necessários ao acompanhamento destas crianças, foi analisada a possibilidade de estabelecimento de parcerias com entidades possuidoras de conhecimento, experiência e equipamentos neste âmbito de que resultou a proposta de protocolo de colaboração a estabelecer entre o Município de Bragança, o Centro Social Paroquial dos Santos Mártires, a BRICARE - Associação de Pessoas com Deficiência, Pais e Amigos e a União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, que se apresenta para aprovação.

Sendo que o desenvolvimento destas atividades diferenciadas acarreta custos e atendendo ao interesse municipal na disponibilização deste programa que visa a inclusão destas crianças, fica a cargo do Município de Bragança a atribuição do apoio financeiro destinado a fazer face aos custos de utilização dos espaços da Academia do Centro Social Paroquial dos Santos Mártires, ao trabalho dos técnicos especializados e assistentes operacionais, ao seguro e às refeições necessários à concretização do projeto.

O valor total do apoio financeiro é de 30.150,64 € (trinta mil cento e cinquenta euros e sessenta e quatro cêntimos), sendo 9.710,00 € (nove mil setecentos e dez euros) a atribuir ao Centro Social Paroquial dos Santos Mártires e 20.440,64 € (vinte mil quatrocentos e quarenta euros e sessenta e quatro cêntimos) a atribuir à BRICARE - Associação de Pessoas com Deficiência, Pais e Amigos.

A presente despesa tem enquadramento orçamental na rubrica com a classificação económica 0504/040701 – Instituições sem fins lucrativos, do PAM n.º 1/2020, com o cabimento n.º 1990/2025. Os fundos disponíveis ascendem a 27.185.083,26 €.

A competência para autorizar a atribuição dos apoios é da Câmara Municipal, conforme estipulado na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.”.

Sendo uma situação excecional e atendendo à urgência no desenvolvimento das atividades, que iniciaram no dia 30 de junho de 2025, e não tendo sido possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, por despacho do dia 27 de junho de 2025, autorizou a atribuição de apoio e aprovou a minuta do protocolo, em anexo ao respetivo processo e previamente distribuída a todos os membros do Executivo, ficando este ato sujeito a ratificação da Câmara Municipal.”

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

PONTO 24 – PESSOAL AUXILIAR PARA APOIO ÀS AAAF E SERVIÇO DE REFEIÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CEB E MINUTA DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E JUNTAS DE FREGUESIA – ANO LETIVO 2025/2026

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Educação:

“Conforme tem sido procedimento em anos anteriores é necessário um número mínimo de auxiliares que assegurem o bom funcionamento do Serviço de Refeições, nomeadamente o apoio à hora de almoço em alguns estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB da cidade de Bragança

e no meio rural, bem como nas Atividades de Animação e de Apoio à Família (pré-escolar), em alguns estabelecimentos de ensino do meio rural.

A colocação de duas auxiliares com três horas diárias cada nos jardins de Infância de Santa Comba de Rossas, Rebordãos, Parada e Izeda e a colocação de uma auxiliar com três horas diárias no Jardim de Infância de Gimonde, é para o prolongamento de horário, apoio à refeição, lavagem de loiça e limpeza do refeitório.

Nas EB1 do meio rural a atribuição de uma auxiliar com duas horas diárias é para o acompanhamento dos alunos na hora da refeição.

Nas EB1 da cidade e no Centro Escolar da Sé, a colocação de auxiliares destina-se ao acompanhamento das crianças na hora da refeição e, no Centro Escolar de Santa Maria, destina-se ao acompanhamento, lavagem de loiça e limpeza e arrumação do refeitório, dado que o Agrupamento de Escolas Miguel Torga servirá a totalidade das refeições das crianças e alunos deste Centro no seu refeitório.

A colocação de uma auxiliar com três horas diárias e de outra auxiliar com duas horas diárias na cantina da Escola Básica Paulo Quintela, destinam-se ao apoio na confeção das refeições e à desinfeção dos equipamentos e espaços onde serão servidas as refeições, pois, como vem sendo hábito, nesta cantina irão ser servidas as refeições aos alunos das EB1 das Beatas e EB1 do Campo Redondo.

Para o Jardim de Infância da Estação, a colocação de duas auxiliares com três horas diárias cada uma, é para prestar apoio a crianças portadoras de deficiência, uma vez ser este o jardim de infância de referência para estes casos e se ter verificado esta necessidade no decurso dos anos letivos anteriores.

Propõe-se o valor de onze euros por hora de trabalho para os estabelecimentos situados no meio rural, mais um euro do que o valor proposto para os estabelecimentos situados na cidade de Bragança, dada a dificuldade que têm as Juntas de Freguesia do meio rural em contratar trabalhadores que residam nas mesmas localidades dos estabelecimentos escolares, onerando

assim a prestação do serviço com custos relativos às deslocações dos trabalhadores para o local de trabalho.

As horas e número de auxiliares são propostos de acordo com as necessidades apresentadas pelos agrupamentos de escolas, com o número de alunos, com as tarefas a efetuar e com os recursos existentes nas escolas, concluindo-se da necessidade do pessoal auxiliar referido nos quadros em anexo, ao respetivo processo e previamente distribuídos aos Membros do Executivo.

Propõe-se que as verbas sejam transferidas para as entidades coordenadoras/gestoras inscritas, conforme o referido nos quadros.

As transferências serão efetuadas, para cada entidade, em três tranches correspondentes a cada período letivo.

No corrente ano económico será transferida uma tranche de 75.060,00 €, no início do mês de outubro, e no ano económico de 2026 serão transferidas duas tranches de 75.055,00 €, cada, uma no início do mês de janeiro e outra no início do mês de abril, no valor total de 225.170,00 €

Os fundos disponíveis ascendem na presente data a 33.507.332,14€.

De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso -, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, a presente despesa consta do mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais, aprovado em Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 2 de dezembro de 2024 e submetido à aprovação da Assembleia Municipal para autorização prévia na sessão de 13 de dezembro de 2024.

A competência para autorizar a despesa é da Assembleia Municipal conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.

Acresce que, os termos gerais do disposto no artigo 117.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as autarquias locais articulam entre si, nos termos dos princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos (artigo 4.º), a prossecução das respetivas atribuições, podendo, para o efeito, os órgãos municipais delegar competências nos órgãos das freguesias.

No respeito pela intangibilidade das atribuições autárquicas, os municípios concretizam a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais (*cf.* os artigos 119.º e 131.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, aplicando-se o disposto na Lei n.º 75/2013 e, subsidiariamente, o Código dos Contratos Públicos e o Código do Procedimento Administrativo.

Na presente situação, tornando-se necessário um número mínimo de auxiliares para assegurar o bom desempenho das competências consagradas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente o apoio à hora de almoço em alguns estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB da cidade de Bragança e não dispondo o Município dos adequados meios humanos, justifica-se plenamente a delegação de competências nas juntas de freguesias, sem prejuízo da responsabilidade financeira do Município.

Assim, justifica-se a delegação de competências da Câmara Municipal de Bragança nas Juntas de Freguesia: União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, União das Freguesias de Izeda, Paradinha e Calvelhe, União das Freguesias de Parada e Faílde, Freguesia de Santa Comba de Rossas, Freguesia de Rebordãos e Freguesia de Gimonde, em matéria de refeições escolares e de atividades de animação e apoio à família nos estabelecimentos

do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo da cidade de Bragança, mediante a celebração de contrato interadministrativo nos termos e clausulado que consta da minuta em anexo ao respetivo processo e previamente distribuída aos Membros do Executivo, bem como submetê-la para deliberação da Assembleia Municipal.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a delegação de competências da Câmara Municipal de Bragança nas Juntas de Freguesia/Uniões das Freguesias, nos termos da informação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter para deliberação da Assembleia Municipal.

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

PONTO 25 – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ENG. JOSÉ LUÍS PINHEIRO – Consulta Pública

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Desporto e Juventude:

“Dando cumprimento à deliberação da Câmara Municipal, de 24 de março de 2025, foi dado início ao procedimento relativo à elaboração do Projeto de Regulamento de Funcionamento do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro, publicitado através do Edital n.º 45/2025, de 22 de abril, no *site* institucional do Município de Bragança, em www.cm-braganca.pt, para efeitos de constituição como interessados e a apresentação de contributos, pelo prazo de 10 dias úteis, nos termos de previsto no n.º 1, do artigo 98.º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

Decorrido o período de 10 dias úteis, cujo prazo terminou no dia 8 de maio de 2025, não ocorreu a constituição de interessados e não foram apresentados quaisquer contributos para a revisão do referido regulamento.

Estabelece, ainda, o n.º 1 do artigo 101.º, do CPA, que, *“quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o*

efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão”.

Nesta conformidade, para efeitos de aprovação da elaboração do Projeto de Regulamento de Funcionamento do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro pela Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicita-se autorização para submissão a consulta pública do referido projeto, para recolha de sugestões, procedendo para o efeito à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e no site institucional do Município de Bragança, em www.cm-braganca.pt, pelo período de 30 dias úteis, ao abrigo do n.º 2 do artigo 101.º do CPA.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento de Funcionamento do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro, a submeter a consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, nos termos da informação.

DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E TURISMO

PONTO 26 – ALIENAÇÃO DE LOTES - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DAS CANTARIAS

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo e pela Assessoria Jurídica e Contencioso:

“I. Do enquadramento fáctico-jurídico

1. Através de escritura pública, outorgada no dia 21 de julho de 2020, o Município de Bragança procedeu à alienação, à sociedade *Brigtoldos, Lda.*, do lote 11 da Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias.

2. Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º das Normas de alienação de lotes de terreno da Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias (Normas), aprovadas em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Bragança de 13 de agosto de 2018, o preço contratual corresponde ao preço base, deduzido dos eventuais incentivos atribuídos ao adjudicatário, no âmbito do artigo 8.º, sendo o

pagamento da diferença assegurado pelo comprador através da prestação de uma caução.

3. No caso presente, na aquisição do lote 11, com o preço base de € 158.852,44, foi atribuído à sociedade uma bonificação de € 85.780,32, em função do cumprimento dos critérios previstos no referido artigo 8.º das Normas - investimento até ao termo dos primeiros 5 anos de atividade entre € 500.000 e € 750.000; criação entre 1 e 10 postos de trabalho; percentagem entre 1% e 30% de postos de trabalho de desempregado jovens qualificados; sede no Concelho de Bragança; atividade de produção de bens transacionáveis; 15% a 30% do volume de negócios para exportação (vocação exportadora).

4. Segundo dispõe o n.º 4 do artigo 13.º das Normas, após o decurso do 2.º ano, a contar do início da atividade da laboração, a requerimento do interessado e em função da prova de cumprimento dos critérios que fundamentaram a atribuição do incentivo, a Câmara Municipal deliberará a extinção do valor da caução ou a sua redução proporcional.

5. Por seu turno, estatui o n.º 1 do artigo 16.º das Normas que, após a notificação da autorização de utilização, a empresa terá um prazo máximo de seis meses para dar início à laboração, devendo para o efeito requerer o competente alvará de utilização.

6. No caso em apreço, a utilização foi autorizada por despacho do Presidente da Câmara de 27 de março de 2023 e o correspondente Alvará de autorização de utilização, com o n.º 60/23, emitido em 29 de maio de 2023, tendo, deste modo, já decorrido o prazo de dois anos, a contar do início da atividade de laboração da empresa no local.

7. Por outro lado, resulta demonstrando no processo, com base no documento IES de 2023, o cumprimento dos critérios que fundamentaram a atribuição do incentivo ao preço, concretamente, um investimento de € 954.427,17; a criação de 6 postos de trabalho, a criação de 1 posto de trabalho de desempregado jovem qualificado (correspondente a 16,67% dos postos e trabalho criados); a sede em Bragança; a atividade de produção de bens transacionáveis e uma vocação exportadora de 17,74%.

8. Nesta conformidade, encontram-se reunidos os requisitos de extinção do valor da caução prestada, previstos no n.º 4 do artigo 13.º das Normas.

II. Proposta

Nos termos expostos, está a Câmara Municipal de Bragança em condições legais de deliberar a extinção da caução no montante de € 85.780,32 e a consequente liberação da garantia bancária prestada pela sociedade *Brigtoldos, Lda.* para assegurar o pagamento da bonificação do preço de aquisição do lote 11 da Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a extinção da caução no montante de € 85.780,32 e a consequente liberação da garantia bancária prestada pela sociedade *Brigtoldos, Lda.*, nos termos da informação apresentada.

PONTO 27 – EXPLORAÇÃO DE UM BAR/CAFETARIA NO POLIS – QUIOSQUE DA CAPELA DO DIVINO SENHOR DA PIEDADE – Concurso Público - Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar e Abertura de Novo Procedimento

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo:

“Por deliberação da Câmara Municipal tomada na Reunião Ordinária de 10 de fevereiro de 2025, foi autorizada a abertura de 2 procedimentos a concurso público - “Exploração de um bar/cafetaria no Polis – Quiosque do Rio Fervença” e “Exploração de um bar/cafetaria no Polis – Quiosque da Capela do Divino Senhor da Piedade”, bem como aprovar o programa de concurso, caderno de encargos e a constituição do respetivo júri.

Terminado o prazo para a apresentação de propostas apenas foram rececionadas propostas para um dos procedimentos, tendo ficado deserto o concurso público denominado “Exploração de um bar/cafetaria no Polis – Quiosque da Capela do Divino Senhor da Piedade”.

Assim, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, não há lugar a adjudicação no procedimento “Exploração de um bar/cafetaria no Polis –

Quiosque da Capela do Divino Senhor da Piedade”, extinguindo-se, por nenhum concorrente ter apresentado proposta.

Nos termos do n.º 1 artigo 80.º do CCP, na sua redação atual, a decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Assim, solicita-se autorização para revogação da decisão de contratar e autorização para abertura de novo procedimento, bem como que sejam aprovados o programa de concurso e o caderno de encargos, e que, em conformidade com o previsto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, se proceda à designação do júri que conduzirá o procedimento, para o qual se propõe a seguinte constituição: Presidente, [REDACTED]; Vogais, [REDACTED], Técnica Superior, e [REDACTED], Assistente Técnica; Vogais Suplentes, [REDACTED], Assistente Técnica e [REDACTED], Técnico Superior. Mais se propõe que, nas suas faltas e impedimentos, o Presidente do Júri seja substituído pela Vogal [REDACTED], Técnica Superior.

Solicita-se, ainda, que seja delegada no júri, que conduzirá o procedimento, a realização da audiência prévia dos concorrentes, prevista no artigo 147.º do CCP e que sejam delegadas no Sr. Presidente da Câmara Municipal as competências necessárias à conclusão de todo o procedimento.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a revogação da decisão de contratar, a abertura de novo procedimento, o programa de concurso, o caderno de encargos e a constituição do júri do procedimento, nos termos propostos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, delegar no Exmo. Presidente da Câmara a adjudicação, bem como a aprovação da minuta do contrato.

PONTO 28 – DINAMIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO – FESTA “VERÃO BRAGANÇA 2025”

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo:

“No âmbito da estratégia de dinamização do comércio tradicional e de animação do Centro Histórico, espaço polarizador e estruturante da cidade, será

realizado, no próximo dia 2 de agosto, a Festa “Verão Bragança”, com animação permanente, entre as 21h00 e as 4h00, nas seguintes ruas: Almirante Reis, Alexandre Herculano, República, Combatentes da Grande Guerra, Abílio Beça, Praça Camões e Praça da Sé.

As edições realizadas desde 2016 da Festa “Verão Bragança” foram um sucesso, tendo os comerciantes reconhecido a importância do evento na dinamização económica e comercial do centro urbano.

Este evento tem como principais objetivos dinamizar a economia local, potenciar o turismo, estimular a criatividade, reforçar a atratividade e competitividade do centro urbano, assim como elevar o sentimento de pertença e bem-estar dos brigantinos.

A realização do evento implica alterações/restrições ao trânsito rodoviário no centro urbano, para que se possa utilizar o espaço público necessário à sua realização e se garante a máxima segurança.

Assim, propõe-se:

- Alteração ao horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, de restauração e bebidas, na área abrangida pelo evento e conforme planta em anexo ao processo e previamente distribuídas a todos os Membros do Executivo, até às 4h30 do dia 3 de agosto, e dos espaços de discoteca e similares até às 6h00 desse mesmo dia, ao abrigo do artigo E-1/7.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.

- Trânsito e estacionamento proibido, entre as 9h30 do dia 2 de agosto e as 8h00 do dia 3 de agosto, nas ruas da República, Almirante Reis, 1.º de Dezembro, parte da Combatentes da Grande Guerra e da Abílio Beça, e será disposto de acordo como o mapa em anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo Municipal.

No âmbito do previsto nas alíneas qq) “Administrar o domínio público municipal” e rr) “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre esta matéria.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nos termos da informação apresentada.

PONTO 29 – REDUÇÃO DO VALOR DO PREÇO RELATIVO AOS ABATES DO MATADOURO MUNICIPAL - MÊS DE JUNHO DE 2025

Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo:

“A Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa, CRL, cliente do Matadouro Municipal de Bragança, solicita a redução do valor do preço respeitante aos abates realizados durante o mês de junho de 2025.

Assim, considerando os abates registados no período em apreço e o estipulado no n.º 1 da alínea a) do Anexo 19 do Código Regulamentar do Município de Bragança, beneficiam de redução do preço, devido pelo abate de bovinos e suínos, todos os clientes do Matadouro Municipal de Bragança, nos seguintes termos que constam de documento anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo.

Face ao exposto, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre a redução do pagamento dos preços de abate de bovinos à empresa em apreço, no valor global de 337,46 €, ao abrigo do artigo H/9.º - Isenções totais ou parciais, do Capítulo III – Isenções, da parte H – Taxas e outras receitas municipais, do Código Regulamentar do Município de Bragança que, conforme estipulado no ponto 2 do supracitado artigo, “Podem ainda beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento de taxas e outras receitas municipais...na medida do interesse público municipal de que se revistam as atividades sujeitas a controlo prévio...” as “pessoas singulares ou coletivas, quando estejam em causa situações de desenvolvimento económico ou social do Município...”, conforme estipulado na alínea e) do supracitado ponto.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta de acordo com a informação.

PONTO 30 – PROPOSTAS DE ISENÇÕES TOTAIS OU PARCIAIS RELATIVAMENTE A IMPOSTOS E A OUTROS TRIBUTOS PRÓPRIOS, CONFORME O N.º 2 DO ARTIGO 16.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE

SETEMBRO, E NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBERADA EM SESSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024

Foi presente, pelo Senhor Presidente, a seguinte proposta, elaborada pelos diversos serviços municipais:

“Considerando:

A autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Bragança na sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2024, com limites à concessão de isenções totais ou parciais de taxas e outras receitas municipais, para o ano de 2025, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, fixada até ao limite máximo de 400.000,00 €; e o disposto no n.º 2 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança, que define os beneficiários das isenções totais ou parciais.

Propõe-se, para deliberação da Câmara Municipal, as isenções do pagamento de taxas, no valor de 3.447,65 €, constante em mapa anexo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo Municipal, que carecem de aprovação ou ratificação dos atos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, sendo que, estas autorizações, decorrem de circunstâncias excecionais e que, por motivo de urgência, não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal.

Mais se propõe que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar e ratificar os atos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.

Lida a presente ata em reunião realizada no dia vinte e oito do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, foi a mesma aprovada, por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e das Senhoras Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro

e João Rafael Costa Moás Murçós. Por não ter estado presentes na Reunião, ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o Senhor Vereador, Miguel José Abrunhosa Martins, não participou na apreciação e votação da mesma.

A aprovação da ata decorreu nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, e vai ser assinada pelo Exmo. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier e pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.

ANEXO À ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 14 DE JULHO DE 2025

Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em Sessão de 13 de dezembro de 2024

Entidade	Serviço que apresenta a informação	Proposta de Isenção Total ou Parcial de Taxas	Montante da Isenção Total ou Parcial	Fundamentação Legal Aplicável
		acumulado anterior...	89 176,88 €	
Associação Desportiva, Cultura e Recreativa Estrelas Brigantinas	Unidade de Desporto e Juventude	Isenção do pagamento da taxa de utilização do Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, no âmbito da Realização do I Torneio Internacional Cidade de Bragança - Sub-16 Masculino.	263,32 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Clube Académico de Bragança	Unidade de Desporto e Juventude	Isenção do pagamento da taxa de utilização do Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, no âmbito da realização das Clínicas de Hóquei em Patins.	817,20 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Grupo Desportivo de Bragança e Futebol Clube da Mãe D'Água	Unidade de Desporto e Juventude	Isenção do pagamento da taxa de utilização do Campo do CEE, no âmbito da realização da festa de encerramento da época desportiva 2024/2025.	46,80 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação de Escolinhas Arnaldo Pereira	Unidade de Desporto e Juventude	Isenção do pagamento da taxa de utilização do Pavilhão da Coxa, no âmbito da realização de treinos de captação para a próxima época desportiva.	81,72 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação Académica do IPB	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ruído, para a realização de um arraial no anfiteatro ao ar livre do I.P.B, a realizar no dia 23 de junho. Ratificação do ato - Despacho de 23/06/2025 (Proc. 153/25 DIV)	127,75 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Freguesia de Quintanilha	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ruído e ocupação do espaço público, para a realização do Quintanilha Classic Rock 2025, a realizar no dia 12 de julho. Ratificação do ato - Despacho de 24/06/2025 (Proc. 153/25 DIV)	218,39 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
INATEL	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ocupação do espaço público, para a realização do "ENCONTRO DE DANÇAS E CANTARES", a realizar no dia 19 de junho. Ratificação do ato - Despacho de 17/06/2025 (Proc. 148/25 DIV)	218,39 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Centro de Desporto, Cultura e Recreio do Pessoal dos CTT	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ocupação do espaço público e de ruído, para a realização dos "XXXIII Jogos Nacionais Bragança 2025", a realizar no dia 19 de junho na Praça Camões. Ratificação do ato - Despacho de 17/06/2025 (Proc. 142/25 DIV)	218,39 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação Recreativa Desportiva e Cultural Amigos do Forno	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ruído, para a realização de festividades, junto à ponte do Bairro D'Alem Rio, em Bragança. Ratificação do ato - Despacho de 24/06/2025 (Proc. 143/25 DIV)	98,11 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Montes de Festa - Associação	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ruído e licença de recinto improvisado, para a realização do Festival D'Onor, a realizar entre os dias 18 a 20 de julho. (Proc. 113/24)	236,09 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação dos Estudantes Africanos em Bragança	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ruído, para a realização de festividades a realizar na Praça Camões, em Bragança, a realizar no dia 28 de maio de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 28/05/2025. (Proc. 119/25 DIV)	89,93 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Bragança	Divisão de Urbanismo	Isenção de taxas referentes à emissão de licença de ruído, para a comemoração dos 135 anos, a realizar no parque de estacionamento exterior do quartel dos Bombeiros Voluntários de Bragança, a realizar no dia 31 de maio e 01 de junho de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 30/05/2025. (Proc. 128/25 DIV)	98,11 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.

ANEXO À ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 14 DE JULHO DE 2025

Isonções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em Sessão de 13 de dezembro de 2024

Entidade	Serviço que apresenta a informação	Proposta de Isonção Total ou Parcial de Taxas	Montante da Isonção Total ou Parcial	Fundamentação Legal Aplicável
Centro Social e Paroquial de Santo Condestável	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de manifestação desportiva, para a realização de uma caminhada, no dia 20 de maio, entre as 14:00h e as 16:30h. Ratificação do ato - Despacho de 19/05/2025. (Proc. 111/25 DIV)	23,86 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação Caretos da Aveleda	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de manifestação desportiva, para a realização de um evento denominado de "Passeio de Motas Antigas", a realizar no dia 29 de junho de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 24/06/2025. (Proc. 134/25 DIV)	23,86 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação Caretos da Aveleda	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de ruído, para a realização de festividades na Rua da Redonda na localidade de Aveleda, no dia 28/06/2025. Ratificação do ato - Despacho de 24/06/2025. (Proc. 136/25 DIV)	98,11 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Associação Sociocultural dos Deficientes de Trás-Os-Montes	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de ruído e lançamento de fogo de artifício, para a realização de festividades no âmbito da Gala Inclusiva 2025, a levar a efeito no dia 18 de julho de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 24/06/2025. (Proc. 139/25 DIV)	97,59 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
União das Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de ruído, para a comemoração do São João, a realizar na Praça da Sé, em Bragança no dia 23 de junho de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 18/06/2025. (Proc. 147/25 DIV)	98,11 €	Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Ginásio Club de Bragança	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de manifestação desportiva, para a realização de um evento denominado de "IV MEIA-MARATONA DAS CANTARINHAS", a realizar no dia 11 de maio de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 30/04/2025. (Proc. 75/25 DIV)	23,86 €	Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Liga Portuguesa Contra o Cancro	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de manifestação desportiva, para a realização de um passeio pedestre evento denominado de Caminhada Solidária 2025, no dia 01 de junho de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 29/5/2025. (Proc. 120/25 DIV)	23,86 €	Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Diocese de Bragança - Miranda	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de recinto, para a realização de uma procissão, no dia 19/06/2025, no dia 19 de junho de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 12/06/2025. (Proc. 129/25 DIV)	37,82 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Bragança	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de recinto e ocupação do espaço público, no jardim José António de Almeida em Bragança, no dia 26 de junho, para a realização de uma atividade cultural e comunitária, no âmbito do projeto "Bragança, Diversidades Contigo". Ratificação do ato - Despacho de 03/07/2025. (Proc. 154/25 DIV)	72,60 €	Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Ginásio Club de Bragança	Divisão de Urbanismo	Isonção de taxas referentes à emissão de licença de ocupação da via pública, na praça Camões, para a realização de um evento denominado de "Tenis no Meio da Cidade", a realizar no dia 11 de julho de 2025. Ratificação do ato - Despacho de 03/07/2025. (Proc. 154/25 DIV)	215,28 €	Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública	Divisão de Administração Geral	Cedência do Auditório Paulo Quintela, nos dias 21 e 22 de julho de 2025, para a realização de uma formação promovida pela CCCR-Norte, no âmbito do Sistema de Cadastro Simplificado e seus BUPi	218,50 €	Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança.
Total dos montantes da isonção total ou parcial - Reunião de 14/07/2025			3 447,65 €	
Total acumulado dos montantes da isonção total ou parcial			92 624,53 €	